

DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: ANEXO A DO PLANO NACIONAL DE INFORMAÇÕES –
INFORMAÇÕES INTERNAS

DATA DE PRODUÇÃO: dezembro de 1972

ORIGEM DO DOCUMENTO: Serviço Nacional de Informações (SNI)

GRAU DE SIGILO: SECRETO

NÚMERO DE PÁGINAS: 82

DESCRIÇÃO:

O documento apresenta o repertório de informações necessárias e relevantes segundo o Plano Nacional de Informações. As possíveis informações coletadas encontram-se divididas nos seguintes campos: política interna, administração pública, subversão, psicossocial, economia e finanças, sistema nacional de informações e dados biográfico.

SECRET

ANEXO-A/PNI

f. 0072/73

S E C R E T O

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

ANEXO "A" DO PLANO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES INTERNAS

A - REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- 1. POLÍTICA INTERNA
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 3. SUBVERSÃO
- 4. PSICOSSOCIAL
- 5. ECONOMIA E FINANÇAS
- 6. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES
- 7. DADOS BIOGRÁFICOS

B - PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- 1. SISTEMÁTICA DE TRABALHO
- 2. RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADES

- Dez 1972 -

S E C R E T O

S E C R E T O

1. POLÍTICA INTERNA

- 1.1. PROCESSO POLÍTICO NACIONAL.
- 1.2. RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE OS PODERES E GOVERNOS.
- 1.3. EVOLUÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL.
- 1.4. INADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AS NECESSIDADES DA PRESERVAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO.
- 1.5. ATUAÇÃO DE GRUPOS, NO CAMPO POLÍTICO, CONTRÁRIOS AO REGIME CONSTITUÍDO.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 2.1. PROCEDIMENTO IRREGULAR DE AUTORIDADES (Federais, Estaduais e Municipais).
- 2.2. FATORES QUE AFETAM A EFICIÊNCIA DOS ÓRGÃOS FEDERAIS E ESTADUAIS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA INTERNA.
- 2.3. DEFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS CONCEDIDOS, FISCALIZADOS OU EXECUTADOS PELA UNIÃO, PELO ESTADO OU PELO MUNICÍPIO.
- 2.4. PROBLEMAS RELACIONADOS COM AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS.
- 2.5. FATORES QUE AFETAM A EFICIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA TRAMITAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS.
- 2.6. FATORES QUE RETARDAM A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA E PREJUDICAM A DINAMIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NAS ÁREAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

3. SUBVERSÃO

- 3.1. ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIA COMUNISTA.
- 3.2. ATIVIDADES SUBVERSIVAS.
- 3.3. INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE, IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS INFILTRADOS; MÉTODOS USADOS CLANDESTINA E OBTENSIVAMENTE; OBJETIVOS MEDIATOS E IMEDIATOS; INFLUÊNCIAS EXERCIDAS PELOS ELEMENTOS INFILTRADOS. CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS, SIMPATIZANTES E INOCENTES ÓTEIS; ANTECEDENTES.
- 3.4. LIGAÇÕES NO PROCESSO SUBVERSIVO.
- 3.5. A PROPAGANDA ADVERSA.
- 3.6. ESTIMATIVA SOBRE O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DAS ATIVIDADES SUBVERSIVAS.

4. PSICOSSOCIAL

- 4.1. FATORES POPULACIONAIS.
- 4.2. SITUAÇÃO NA ÁREA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL.
- 4.3. FATORES QUE INFLUEM NA FORMAÇÃO DO MORAL SOCIAL E DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRAS.
- 4.4. VULNERABILIDADES NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO.
- 4.5. SITUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL.
- 4.6. ATIVIDADES DE GRUPOS RELIGIOSOS.

S E C R E T O

S E C R E T O

- 4.7. DIFICULDADES NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.
- 4.8. DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

- 5.1. DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO.
- 5.2. DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO.
- 5.3. DESENVOLVIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO.
- 5.4. DELITOS E ATOS CONTRÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
- 5.5. DEFICIÊNCIAS DO MERCADO FINANCEIRO.
- 5.6. EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA.
- 5.7. EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE VIDA.

6. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

- 6.1. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES.

7. DADOS BIOGRÁFICOS

S E C R E T O

dez 72 - A

S E C R E T O
I N F O R M A Ç Õ E S I N T E R N A S

A - REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

03L2R21

S E C R E T O

REFERENCIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

1. POLÍTICA INTERNA

1.1. PROCESSO POLÍTICO NACIONAL

1.1.1. Atuação de líderes políticos.

- .1. Atuação política dos chefes de executivos municipais e estaduais e de secretários de Estado. Apoio recebido dos partidos. Manifestações de repercussão local, regional ou nacional; temas explorados; repercussão na opinião pública, apreciada, particularmente, nos meios de comunicação social.
- .2. Atuação política de parlamentares estaduais e federais. Pronunciamentos e manifestações de maior importância; temas explorados; influências; apoio recebido.
- .3. Fatores que afetam o prestígio dos políticos em geral: irregularidades no exercício de cargo ou função; tráfico de influência, etc.

1.1.2. Atuação dos partidos políticos.

- .1. No âmbito dos Legislativos Federal, Estadual e Municipal; projetos de repercussão local, regional ou nacional.
- .2. Influência do Fundo Especial de Assistência Financeira dos partidos políticos na ampliação das bases populares e na renovação dos quadros e lideranças.
- .3. Promoção da difusão do programa partidário: edições de boletins e outras publicações partidárias; ciclo de palestras, conferências, etc, visando à ampliação das bases populares.
- .4. Instalação de institutos de instrução e educação política destinados a formar, aperfeiçoar e renovar os quadros e os líderes partidários; criação de departamentos especiais (estudantis, femininos, etc).
- .5. Tendência a extinção de organizações partidárias. Líderes defensores da idéia; motivos que apresentam; percentagem de adeptos com assento na Convenção Nacional do Partido.

1.1.3. Relações entre autoridades e os partidos políticos.

- .1. Atritos entre as autoridades Federais, Estaduais e Municipais e órgãos de direção partidária. Causas e conseqüências.

1.1.4. Unidade Partidária.

- .1. Influência da sublegenda e de grupos, representando interesses políticos, econômicos ou sociais, posto em risco a unidade partidária. Líderes; pronunciamentos; repercussão; identificação de seus objetivos.
- .2. Quebra da disciplina partidária. Causas das divergências quanto à orientação do partido; pronunciamentos e repercussão; formação de grupos dissidentes e suas possibilidades.
- .3. Formação de áreas de resistência, dentro do partido situacionista, à orientação política da Revolução. Amplitude; líderes.

res; pronunciamentos; repercussão.

1.1.5. Novas correntes políticas.

- .1. Surgimento de novas correntes políticas. Líderes e seus dados biográficos; composição; tendências; programas; temas explorados; receptividade; viabilidade de se organizarem em partidos políticos.
- .2. Pronunciamentos e manifestações políticas, com repercussão nacional ou regional, de pessoas ou grupos não ligados a partidos. Temas explorados; apoio recebido.
- .3. Identificação e atuação de entidades com fins políticos ou eleitorais, sem que haja satisfeito os requisitos legais para funcionar como partido (Art 120 da LOP); tendências; principais líderes; modo de atuação.

1.1.6. Receptividade à Política Governamental.

- .1. Reflexos na opinião pública da Política Governamental, particularmente nos meios de comunicação social.
- .2. Manifestações de líderes de categorias profissionais, de projeção regional ou nacional.
- .3. Manifestações nos legislativos, com repercussão nacional ou regional.

1.2.1. RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE OS PODERES E GOVERNOS

- 1.2.1. Relações políticas entre o Governo Federal e as Unidades Federadas; fatores geradores de desarmonia.
- .1. Ação de autoridades estaduais que estejam em desacordo com a orientação ou diretrizes políticas do Governo Federal, constituindo-se em fator gerador de desarmonia entre as Unidades Federadas e o Governo da União.
 - .2. Facilidades concedidas a qualquer Unidade Federada (financiamentos, implantação de projetos, etc), pelo Governo Federal, interpretadas como tratamento discriminatório entre as Unidades da Federação. Repercussão.
 - .3. Repercussão das ações de controle e supervisão ou de gestões de caráter administrativo, financeiro, etc, do Governo Federal, junto às Unidades Federadas.
 - .4. Incompreensões e atritos decorrentes da atual divisão político-administrativa do País.
- 1.2.2. Relações entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- .1. Benefícios concedidos a membros de um Poder, gerando descontentamentos em membros dos outros Poderes.
 - .2. Interferência, de qualquer natureza, de um dos Poderes na área de competência de outro.
 - .3. Tramitação, emendas, rejeições ou aprovação de projetos de lei, pelo Legislativo, contrárias aos interesses dos outros Poderes; caracterização de grupos de pressão influenciando suas decisões.
 - .4. Atos de um Poder capazes de gerarem o descrédito de qualquer outro.
 - .5. Dificuldades e/ou incompreensões nas relações entre os Poderes, capazes de gerarem desarmonia entre eles.

1.3. EVOLUÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL

1.3.1. Órgãos de direção partidária.

- .1. Municípios e Unidades da Federação onde os partidos políticos não possuem diretórios organizados. Causas.
- .2. Participação de categorias profissionais nos diretórios constituídos. Surgimento de novas lideranças.
- .3. Fatores que impedem ou deturpam a escolha dos dirigentes partidários pelos convencionais.

1.3.2. Processo de seleção de candidatos nos partidos políticos.

- .1. Interesses locais, regionais, oligárquicos e do poder econômico, na seleção de candidatos a cargos eletivos.
- .2. Renovação dos quadros partidários: percentual de concorrentes primários; revelação de novos líderes. Dados biográficos de líderes com expressão local e regional, incluindo suas tendências ideológicas e ambições.
- .3. Identificação de alianças ou coligações partidárias; surgimento de um único candidato em localidades onde os partidos políticos possuem diretórios organizados; apoio ostensivo ou velado de um partido, ou facções dele, a candidatos de partido oposto, contrariando o art. 6º, Título I da LOP.

1.3.3. Campanha eleitoral.

- .1. Excessos praticados por candidatos ou seus adeptos, na propaganda eleitoral.
- .2. Contribuições e auxílios financeiros ilícitos por parte de entidades e pessoas às quais a lei proíbe que subvencionem partido ou sublegenda partidária em campanha eleitoral.
- .3. Participação direta, na campanha eleitoral, de pessoas que estejam com seus direitos políticos suspensos.
- .4. Exploração da popularidade de elementos que estejam com seus direitos políticos suspensos, visando a influenciar o eleitorado.
- .5. Campanhas estimulando a abstenção ou anulação do voto. Responsáveis.

1.3.4. Avaliação do eleitorado.

- .1. Avaliação do nível de politização: dados estatísticos que ofereçam a relação entre o número total de eleitores e o dos filiados a partidos políticos.
- .2. Avaliação das condições sócio-econômicas: dados estatísticos das categorias profissionais dos eleitores; resultado de pesquisas sócio-políticas realizadas, na área, por órgãos especializados.
- .3. Proporcionalidade entre a população e o número de eleitores, considerando-se as faixas etárias. Total de títulos novos no ano; análise de sua evolução.
- .4. Levantamento geral da situação do eleitorado após cada eleição, visando a conhecer, especialmente: número de eleitores

registrados, abstenções, votos em branco e nulos; análise dos dados e, se possível, identificação das causas que influíram nos resultados assinalados.

1.3.5. Corrupção e fraude eleitoral: influência do Poder Econômico, Político e da estrutura psicossocial.

- .1. Casos de corrupção e fraude. Ação da Justiça Eleitoral; presença das soluções; análise da atuação das autoridades.
- .2. Constatação da influência do Poder Econômico: nas campanhas políticas, em particular nos dispêndios com propaganda; na seleção de candidatos a cargos eletivos e no exercício do voto (transporte, alimentação, etc).
- .3. Constatação da influência da estrutura psicossocial no eleitorado; pressões exercidas pelos "coronéis", "cabos eleitorais", clero, etc.

1.3.6. Resultado das eleições.

- .1. Apreciação sobre os candidatos eleitos (governadores, senadores, deputados estaduais, deputados federais, prefeitos e vereadores dos principais municípios).
- .2. Proporcionalidade entre as bancadas partidárias nos Legislativos dos Estados e dos principais municípios.
- .3. Estimativa sobre as conseqüências políticas do resultado das eleições.

1.4. INADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AS NECESSIDADES DA PRESERVAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO

- 1.4.1. Casos concretos de deficiências da legislação em vigor.
- 1.4.2. Pronunciamentos, apreciações, comentários e outras manifestações, a respeito dos seguintes instrumentos legais:
 - .1. Constituição Federal;
 - .2. Lei de Segurança Nacional;
 - .3. Lei de Imprensa;
 - .4. Lei Orgânica dos Partidos;
 - .5. Lei das Inelegibilidades;
 - .6. Constituições Estaduais;
 - .7. Lei Orgânica dos Municípios.

1.5.1. ATUAÇÃO DE GRUPOS, NO CAMPO POLÍTICO, CONTRÁRIOS AO REGIME CONSTITUÍDO

- 1.5.1. Infiltração Comunista (Desdobramento no campo da SUBVERSÃO).
- 1.5.2. Vinculações de grupos, facções e líderes políticos com partidos ou governos estrangeiros.
- 1.5.3. Grupos político-econômicos que atuam em detrimento da Paz Social: lideranças, causas de sua reação; processo de atuação; temas explorados.
- 1.5.4. Grupos militares descontentes, ligados a grupos políticos, econômicos ou a outros grupos sociais.
 1. Pronunciamentos, manifestos, abaixo-assinados, etc, de militares, contra medidas governamentais e suas diretrizes.
 2. Receptividade demonstrada por militares, com relação a teses oposicionistas: especificação das teses e evidências do apoio às mesmas.
 3. Campanhas políticas promovidas por militares: temas explorados; líderes.
 4. Vinculação de militares a grupos políticos, econômicos ou a outros grupos sociais: objetivos da associação; campanhas promovidas; formas; temas e repercussões.
 5. Pronunciamentos ou manifestações de militares em Comando, em desarmonia com a política governamental.
- 1.5.5. Reunião de grupos contrários ao regime em frentes políticas. Participação de elementos punidos pela Revolução. Líderes. Parlamentares a elas ligados ou que as apoiam.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1. PROCEDIMENTO IRREGULAR DE AUTORIDADES (Federais, Estaduais e Municipais).

2.1.1. Convivência ou alheamento de autoridades brasileiras (federais, estaduais e municipais) em face da influência e dos interesses políticos, econômicos, psicossociais ou militares exercidos por países estrangeiros, particularmente sobre áreas isoladas de nosso território.

- .1. Autoridades envolvidas; seus antecedentes.
- .2. Países ou grupos políticos, econômicos, sociais ou militares envolvidos.
- .3. Providências adotadas pelas autoridades competentes.
- .4. Consequências e/ou repercussões dos fatos assinalados.

2.1.2. Alheamento, conformismo ou convivência de autoridades em relação a crimes, fatos delituosos e irregulares praticados nos setores de suas respectivas responsabilidades; antecedentes dessas autoridades.

- .1. Casos concretos assinalados.
- .2. Responsabilidades apuradas, particularmente das autoridades envolvidas.
- .3. Participação de elementos ou organizações estranhas ao Serviço Público, nos casos concretos assinalados, caracterizando os responsáveis e o proveito tirado.
- .4. Providências adotadas pelas autoridades competentes.
- .5. Consequências e/ou repercussões dos casos assinalados.

2.1.3. Conduta social inconveniente, por parte de autoridades.

- .1. Casos concretos assinalados; autoridades e outras pessoas envolvidas e seus antecedentes.
- .2. Providências adotadas pelas autoridades competentes.
- .3. Consequências e/ou repercussões dos fatos assinalados.

2.1.4. Arbitrariedades e abusos de autoridade praticadas por autoridades no exercício de suas respectivas funções.

- .1. Casos concretos assinalados; autoridades e outras pessoas envolvidas e seus antecedentes.
- .2. Providências adotadas pelas autoridades competentes.
- .3. Consequências e/ou repercussões.

2.1.5. Utilização do cargo a fim de conquistar prestígio pessoal, auferir vantagens de qualquer natureza ou beneficiar parentes e/ou amigos.

- .1. Casos concretos assinalados; pessoas envolvidas e seus antecedentes.
- .2. Repercussões.
- .3. Providências adotadas pelas autoridades competentes.

- 2.1.6. Submissão de autoridades a tráfico de influência.
- .1. Casos concretos assinalados; pessoas envolvidas e seus antecedentes.
 - .2. Conseqüências e/ou repercussões.
- 2.1.7. Casos de acumulação ilegal de cargos e funções, por servidores públicos em geral.
- .1. Casos concretos assinalados.
 - .2. Caracterização de elementos beneficiados e das autoridades responsáveis.
 - .3. Conseqüências e/ou repercussões.
- 2.1.8. Atrasos no atendimento de compromissos de natureza econômico-financeira, por parte de órgãos federais, estaduais e municipais.
- .1. Atraso no pagamento de vencimentos ao funcionalismo.
 - .2. Atraso no pagamento de firmas particulares ou de empresas.
 - .3. Atraso na liberação de verbas.
 - .4. Autoridades responsáveis.
 - .5. Conseqüências e/ou repercussões.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.2. FATORES QUE AFETAM A EFICIÊNCIA DOS ÓRGÃOS FEDERAIS E ESTADUAIS RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA INTERNA.

2.2.1. Dificuldades de relacionamento entre os Órgãos Federais e Estaduais responsáveis pela Segurança Pública e pela Segurança Interna.

- .1. Casos concretos assinalados e suas origens.
- .2. Autoridades e funcionários envolvidos e seus antecedentes.
- .3. Reflexos no planejamento e na execução das medidas visando à Segurança Pública e à Segurança Interna.
- .4. Providências adotadas pelas autoridades responsáveis.
- .5. Conseqüências e/ou repercussões dos casos assinalados.

2.2.2. Dificuldades de relacionamento entre as Polícias Cíveis e Militares Estaduais.

- .1. Casos concretos assinalados e suas origens.
- .2. Funcionários e autoridades envolvidas e seus antecedentes.
- .3. Reflexos no planejamento e na execução das medidas visando à Segurança Pública e à Segurança Interna.
- .4. Providências adotadas pelas autoridades responsáveis.
- .5. Conseqüências e/ou repercussões dos casos assinalados.

2.2.3. Dificuldades de relacionamento entre as Forças Singulares.

- .1. Casos concretos assinalados e suas origens.
- .2. Reflexos no planejamento e na execução das medidas visando à Segurança Pública e à Segurança Interna.
- .3. Conseqüências e/ou repercussões dos casos assinalados.

2.2.4. Deficiências em recursos humanos e/ou materiais, qualitativa e quantitativamente, dos Órgãos Policiais Federais e Estaduais e das Polícias Militares.

- .1. Órgãos onde se localizam as deficiências; caracterização das deficiências e suas causas.
- .2. Reflexos das deficiências no cumprimento das respectivas missões.
- .3. Providências adotadas pelas autoridades competentes. Efeitos dessas providências.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.3. DEFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS CONCEDIDOS, FISCALIZADOS OU EXECUTADOS PELA UNIÃO, PELO ESTADO OU PELO MUNICÍPIO.

2.3.1. Casos concretos assinalados.

2.3.2. Causas das deficiências observadas.

- .1. Falhas da legislação (federal, estadual ou municipal).
- .2. Estrutura inadequada ao tipo dos serviços a serem prestados.
- .3. Elemento humano inadequado.
- .4. Deficiências no esclarecimento e orientação aos usuários.
- .5. Repercussão dos casos assinalados e/ou conseqüências.

2.3.3. Providências adotadas para sanar as deficiências observadas. Efeitos dessas providências.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.4. PROBLEMAS RELACIONADOS COM AS FRONTEIRAS BRASILEIRAS.

- 2.4.1. Violação das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas do BRASIL, por agentes oficiais de países estrangeiros ou por particulares de nacionalidade estrangeira.
1. Caracterização da violação.
 2. Caráter oficial ou particular da violação e forças ou pessoas envolvidas.
 3. Medidas repressivas adotadas.
 4. Atitudes da população e das autoridades locais em face da violação ocorrida.
 5. Conseqüências.
 6. Providências adotadas pelas autoridades locais, visando a evitar novas violações.
- 2.4.2. Influências políticas, econômicas ou psicossociais exercidas por países estrangeiros, ou por nacionais desses países, na faixa de fronteiras terrestres brasileiras.
1. Tipo, intensidade da influência e meios utilizados.
 2. Grupos ou pessoas atuantes.
 3. Setores da população nacional da faixa de fronteiras e setores de atividades mais sensíveis à influência.
 4. Conseqüências.
 5. Providências adotadas pelas autoridades competentes para anular as influências assinaladas, quando for o caso.
 6. Estimativa sobre o desenvolvimento da situação e sobre o êxito das providências adotadas.
- 2.4.3. Incidentes na linha de fronteira, entre autoridades e/ou nacionais do BRASIL e de países vizinhos, capazes de afetarem as nossas relações com esses países.
1. Tipo de incidente e autoridades e/ou nacionais de ambos os países envolvidos.
 2. Repercussões.
 3. Conseqüências.
 4. Providências adotadas pelas autoridades competentes.
 5. Estimativa sobre a evolução do incidente.
- 2.4.4. Deficiências relacionadas com a Segurança ao longo das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas.
1. Deficiências da legislação.
 2. Deficiências dos órgãos responsáveis pela Segurança ao longo das fronteiras; falta de entrosamento entre esses órgãos.

SECRET O

3. Participação de pessoas ou grupos, nacionais e estrangeiros, em atos que comprometam a segurança ao longo das fronteiras.
4. Estimativa sobre as consequências, mediatas e imediatas, das deficiências associadas.

S E C R E T O

P. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.5. FATORES QUE AFETAM A EFICIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA TRAMITAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS.

- 2.5.1. Decisões ou omissões da Justiça que afetem a política dos Governos Federal, Estadual e Municipal.
- .1. Casos concretos assinalados.
 - .2. Órgãos ou pessoas funcionalmente envolvidas e seus antecedentes.
 - .3. Conseqüências e/ou repercussões.
- 2.5.2. Morosidade da Justiça no andamento ou julgamento de processos, particularmente aqueles de interesse da União, dos Estados e Municípios.
- .1. Casos concretos assinalados.
 - .2. Autoridades e outras pessoas envolvidas e seus antecedentes.
 - .3. Conseqüências e/ou repercussões.
- 2.5.3. Atuação sistemática da Justiça em contraposição aos interesses da União. Caracterização de pressões políticas, econômicas ou sociais, influenciando suas decisões.
- .1. Casos concretos assinalados.
 - .2. Autoridades, outras pessoas, grupos ou entidades envolvidas e seus antecedentes.
 - .3. Conseqüências e/ou repercussões.
- 2.5.4. Deficiências da Justiça Militar na elaboração e no julgamento de processos relativos à subversão.
- .1. Casos concretos assinalados.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.6. FATORES QUE RETARDAM A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA ADMINISTRATIVA E PREJUDICAM A DINAMIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NAS ÁREAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

- 2.6.1. Identificação de dispositivos legais que se chocam com os da Reforma Administrativa.
- 2.6.2. Procedimento de autoridades que contrariam disposições da Reforma Administrativa ou retardam sua implantação.
 - .1. Caracterização dos responsáveis.
 - .2. Providências adotadas.
 - .3. Consequências e/ou repercussões.
- 2.6.3. Identificação de providências preconizadas pela Reforma Administrativa que ainda não foram aplicadas pelas autoridades responsáveis por sua adoção.
 - .1. Caracterização de casos concretos.
 - .2. Caracterização das autoridades responsáveis.
 - .3. Providências adotadas.
 - .4. Consequências e/ou repercussões.
- 2.6.4. Adequação dos órgãos responsáveis pela implantação da Reforma Administrativa.
 - .1. Adequação dos órgãos responsáveis no que se refere ao nível de autoridade.
 - .2. Adequação dos órgãos responsáveis no que se refere a preparo e competência.
- 2.6.5. Participação de entidades privadas no processo de implantação da Reforma Administrativa.
- 2.6.6. Adequação da política de implantação da Reforma Administrativa.

3. SUBVERSÃO

3.1. ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS DE IDEOLOGIA COMUNISTA

- PCB
 - PC do B
 - Ação Popular Marxista Leninista - APML
 - Ação Libertadora Nacional - ALN
 - Outras organizações.
- 3.1.1. Alterações na estrutura.
- 3.1.2. Alterações na linha político-ideológica (russa ou chinesa).
- 3.1.3. Alterações nos objetivos, nos estatutos, nos programas e nas diretrizes.
- 3.1.4. Fontes de recursos.
- .1. Materiais
 - .2. Humanos
 - .3. De serviços médicos.
- 3.1.5. Caracterização do aparecimento de novas organizações subversivas.
- .1. Origem (fusão; "rachas"; integração; etc).
 - .2. Linha político-ideológica e objetivos.
- 3.1.6. Identificação de líderes e militantes: dados de qualificação, antecedentes e funções que desempenham na organização. Influência exercida por líderes e militantes estrangeiros.
- 3.1.7. Aglutinação de organizações subversivas em "frentes".
- .1. Propósitos.
 - .2. Programa comum.
 - .3. Atividades.
- 3.1.8. Deficiências das organizações subversivas.
- .1. Divergências político-ideológicas.
 - .2. Falta de unidade de comando nas organizações; ambições pessoais. Divergências quanto à forma de atuação, etc.
 - .3. Motivos que impedem a aglutinação de organizações.
 - .4. Dificuldades no recebimento de apoio material e financeiro, e de recrutamento de pessoal.
 - .5. Falta de apoio popular.
 - .6. Características negativas dos líderes e dos componentes das organizações.
 - .7. Outras deficiências peculiares à região de atuação da organização.

3.2. ATIVIDADES SUBVERSIVAS

3.2.1. Movimentos de massa.

- .1. Passoatas, greves, "operações tartaruga", etc. Causas. Evolução.
- .2. Identificação das reivindicações justas, das organizações envolvidas e dos elementos com atuação destacada.

3.2.2. Ações de guerrilha urbana e rural.

- .1. Atentados.
- .2. Assaltos.
- .3. Sabotagens.
- .4. Sequestros.
- .5. Organizações envolvidas; participantes; líderes.
- .6. Técnicas empregadas.
- .7. Apoios internos e externos.
- .8. Repercussão na opinião pública.

3.2.3. Centros clandestinos de treinamento (guerrilha, sabotagem, etc).

- .1. Localização, caracterização e aparelhamento.
- .2. Instrutores (nacionais e estrangeiros); instrutores com formação no exterior.
- .3. Elementos que receberam instrução e destino tomado após o curso.
- .4. Apoio recebido (interno e externo).

3.2.4. Tráfico internacional de armas e munições, envolvendo o território brasileiro.

- .1. Apreensão de armas e munições de fabricação estrangeira, introduzidas ilegalmente no BRASIL.
- .2. Ligações entre elementos contrabandistas e subversivos.
- .3. Vôos irregulares feitos por aeronaves oriundas de países onde a fiscalização é deficiente, ou onde a subversão é ativa.
- .4. Viagens frequentes, a países vizinhos, de elementos ligados ao crime comum ou à subversão.

3.2.5. Congressos, conferências e reuniões de organizações subversivas.

- .1. Preparação, local de realização, desenvolvimento e identificação de participantes com atuação destacada.
- .2. Teses apresentadas, resoluções, diretrizes, etc.
- .3. Organizações, entidades ou elementos que contribuíram para a realização. Origem dos recursos.

3.3. INFILTRAÇÃO COMUNISTA NOS DIVERSOS SETORES DE ATIVIDADE. IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS INFILTRADOS; MÉTODOS USADOS, CLANDESTINA E OBTENSIVAMENTE; OBJETIVOS MEDIATOS E IMEDIATOS; INFLUÊNCIAS EXERCIDAS PELOS ELEMENTOS INFILTRADOS. CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS, SIMPATIZANTES E INOCENTES ÓRTEIS; ANTECEDENTES.

- 3.3.1. Infiltração nos Sindicatos, Federações, Confederações, Associações de Classe, etc, particularmente nos órgãos de direção.
- 3.3.2. Infiltração nos meios e movimentos religiosos, particularmente católicos.
- .1. Institutos de Filosofia e Teologia.
 - .2. Centros de Formação Intercultural.
 - .3. Seminários.
 - .4. Órgãos denominados de Ação Católica.
 - .5. Cursinhos da Cristandade.
- 3.3.3. Infiltração nos órgãos de Comunicação Social.
- .1. Nos órgãos de imprensa falada, escrita e televisada.
 - .2. Nas artes (teatro, música, artes plásticas, etc).
 - .3. Nas editoras.
 - .4. Na literatura.
 - .5. Nas agências de propaganda.
- 3.3.4. Infiltração nos estabelecimentos de ensino.
- .1. No Corpo Discente, particularmente:
 - .1. Nos DCE e DA.
 - .2. Nas Associações Culturais.
 - .2. No Corpo Docente, particularmente:
 - .1. Nas últimas séries do ensino básico.
 - .2. Nos cursos pré-universitários.
 - .3. No ensino universitário.
 - .3. Identificação de professores formados em Universidades de países socialistas e que lecionam no BRASIL. Identificação das pessoas ou órgãos responsáveis pela indicação desses professores. Se estrangeiros, situação da permanência desses professores no BRASIL (visto permanente, como turista, bolsista, etc).
 - .4. Concessão de bolsas de estudo ou indicação para cursos de pós-graduação de elementos comunistas ou esquerdistas.
- 3.3.5. Infiltração nos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- .1. Infiltração em órgãos do Poder Executivo, inclusive autarquias e empresas estatais, particularmente em cargos de direção e de influência; favorecimento aos propósitos comunistas. Auxílio prestado a órgãos e entidades controladas por comunistas.
 - .2. Infiltração em órgãos ou empresas encarregadas da prestação

de serviços Públicos Essenciais (Transportes, Energia, Serviços Hospitalares e Pronto Socorro, Comunicações, Combustíveis e Lubrificantes, Gêneros de primeira necessidade).

- .3. Parlamentares filiados, ligados ou apoiados por partidos ou organizações comunistas; parlamentares simpatizantes do comunismo, defensores de suas teses ou defensores sistemáticos de temas identificados com aqueles defendidos pelos comunistas. Indícios de atuação parlamentar, em bloco, sob orientação comunista.
- .4. Infiltração nas várias instâncias dos diferentes tribunais. Elementos influenciados e influenciáveis. Personalidades do Poder Judiciário que favorecem os propósitos comunistas.

3.3.6. Infiltração nos Órgãos de Segurança e Informações.

3.3.7. Infiltração nas Forças Armadas e Auxiliares.

- .1. Identificação de elementos ditos "nacionalistas", que apóiam teses socialistas-comunistas ou são por elas influenciados.
- .2. Formação de grupos ditos "nacionalistas".

3.3.8. Infiltração nas organizações de segurança privadas.

4. LIGAÇÕES NO PROCESSO SUBVERSIVO

- 3.4.1. Ligações de sindicatos, entidades estudantis, religiosas, culturais, etc, com organizações internacionais de frente comunista; nível de ligação, objetivos e apoio recebido.
- 3.4.2. Ligações de organizações subversivas atuantes no BRASIL com organizações internacionais de frente comunista; nível de ligação, objetivos e apoio recebido.
- 3.4.3. Ligações das organizações subversivas atuantes no País, com organizações subversivas e terroristas do exterior, particularmente de países latino-americanos.
- .1. Objetivos; apoio recebido: financeiro, em armamento, em pessoal e em instrução; ações ou planos realizados em conjunto.
 - .2. Participação de brasileiros em congressos, reuniões, etc, de organizações subversivas de outros países, particularmente do continente americano. Identificação do local e data; representantes brasileiros e organizações representadas; resoluções.
- 3.4.4. Ligações de organizações subversivas do BRASIL com asilados, banidos ou cassados pela Revolução, com atuação no BRASIL ou no exterior. Objetivos.
- 3.4.5. Ligações de organizações subversivas do BRASIL com estrangeiros, no interior do País.
- .1. Participação, direta ou indireta, de estrangeiros residentes no País, inclusive exilados e refugiados, nos processos subversivos internos e externos. Contatos e atuação.
 - .2. Atividades extra-oficiais e dados biográficos dos integrantes das Embaixadas, Consulados, Representações, Missões e Escritórios Comerciais de países socialistas.
 - .1. Contatos com grupos de pressão internos.
 - .2. Contatos com funcionários do Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - .3. Influência junto à Imprensa, Agências de Turismo e Estabelecimentos de Ensino.
 - .4. Viagens realizadas.
- 3.4.6. Ligações de organizações subversivas no País com grupos:
- .1. Políticos.
 - .2. Sociais.
 - .3. Econômicos.
 - .4. Militares.
 - .5. Culturais.
 - .6. Religiosos.
- 3.4.7. Atividades de Institutos Culturais de países comunistas.
- .1. Direção.
 - .2. Legalidade de funcionamento.

- .3. Propaganda desenvolvida.
- .4. Brasileiros que participam das atividades dos Institutos e seus antecedentes.

0312321

3.5. A PROPAGANDA ADVERSA

3.5.1. Análise da propaganda clandestina (externa ou interna).

- .1. Origem. Se externa: identificação do Governo, agência noticiosa, imprensa em geral, organizações internacionais de Frontes comunistas ou não, grupos subversivos responsáveis pela sua produção e ingresso no território nacional; principais destinatários. Se interna: especificação da publicação; identificação da organização subversiva responsável pela elaboração e áreas onde a distribuição foi mais intensa.
- .2. Conteúdo. Temas explorados, objetivos claros e ocultos; linguagem empregada, tendo em vista o público-alvo; identificação da distorção nos temas abordados, particularmente nos regionais; identificação, na argumentação, de fatos que são negados ao público; fatos verídicos explorados; mudanças, coerências e contradições no desenvolvimento de uma campanha.
- .3. Meios utilizados (panfletos, livros, cartazes, etc). Adequabilidade ao público; repetição do tema e da distribuição. Meios mais utilizados.
- .4. Público-alvo. Propaganda distribuída em caráter geral ou visando a grupos ou classes (profissionais, sociais, étnicos, religiosos, estudantis, classe média, etc).
- .5. Receptividade. Comentários sobre o assunto, individuais e nos órgãos de comunicação social; mudanças de atitudes do público visado e outros reflexos observados.

3.5.2. Participação dos meios de comunicação social — imprensa, fala da, escrita e televisada; teatro; cinema; música; literatura e artes plásticas — na propaganda ostensiva (inclusive a subliminar), de inspiração comunista. Providências adotadas pelas autoridades competentes.

- .1. Caracterização dos órgãos e dos elementos mais atuantes. Análise da propaganda.
- .2. Avaliação da penetração desses órgãos nas diferentes classes sociais.
- .3. Literatura nacional, doutrinária ou não, de fundo marxista-leninista. Identificação dos autores e das editoras.
- .4. Literatura internacional comunista introduzida e distribuída ostensivamente no País. Processos de importação e editoras responsáveis.
- .5. Distribuição, através das Embaixadas dos países socialistas, de livros, revistas, cartazes, exposições e outros veículos de propaganda.

3.5.3. Propaganda de qualquer natureza, contrária ao regime ou às instituições democráticas. Providências adotadas pelas autoridades competentes.

- .1. Caracterização de qualquer tipo de propaganda contrária ao regime e às instituições democráticas. Análise da propaganda. Temas mais explorados.
- .2. Identificação dos agentes e dos organismos que dirigem, produzem e financiam a propaganda; classes sociais mais visadas.

3.5.4. Correspondência.

- .1. Brasileiros que mantêm correspondência com pessoas residentes em países comunistas.
- .2. Correspondência de pessoas ou organizações, visando a pressionar autoridades, em consonância com os interesses comunistas; campanhas organizadas.

3.5.5. Utilização de atividades artísticas, desportivas, comerciais, etc, para propagação da doutrina comunista.

- .1. Convites a estudantes, professores, escritores, artistas, homens de empresas, cientistas, técnicos, etc, brasileiros, para visitarem ou frequentarem cursos em países comunistas. Órgãos dos países formuladores dos convites; condições de execução das visitas e cursos (duração, locais, etc).
- .1. Autoridades ou órgãos brasileiros interessados na realização das visitas e dos cursos; motivos.
- .2. Visitas de delegações culturais, desportivas, científicas, comerciais, etc, de países comunistas ao BRASIL. Órgãos dos países comunistas interessados na realização das visitas; programação (datas, locais, etc).
- .1. Autoridades ou órgãos brasileiros interessados na realização das visitas; motivos.

3.6. ESTIMATIVA SOBRE O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DAS ATIVIDADES SUBVERSIVAS

3.6.1. Evolução ou regressão das atividades subversivas.

- .1. Tendência de aglutinação ou fracionamento de grupos.
- .2. Formação de frentes.
- .3. Grau de eficiência no recrutamento de militantes.
- .4. Eficiência das técnicas e táticas utilizadas.
- .5. Líderes e militantes presos ou mortos em combate com os órgãos de Segurança. Elementos expurgados ou mortos por suas organizações. Dados de qualificação.
- .6. Militantes que abandonaram a subversão. Causas determinantes: aliciamento ou atitude espontânea. Repercussão.
- .7. Elementos condenados por subversão e foragidos ou procurado pelos órgãos de Segurança (Organização de relações, contendo os dados de qualificação; atualização dessas relações).
- .8. Efeitos da propaganda subversiva na opinião pública: êxito ou insucesso no agravamento das insatisfações populares.
- .9. Caracterização de grupos sociais insatisfeitos e suscetíveis de serem utilizados pela subversão; grupos sociais mais atingidos pela doutrinação e identificação das reivindicações mais exploradas pelos subversivos.

3.6. ESTIMATIVA SOBRE O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DAS ATIVIDADES SUBVERSIVAS

3.6.1. Evolução ou regressão das atividades subversivas.

- .1. Tendência de aglutinação ou fracionamento de grupos.
- .2. Formação de frentes.
- .3. Grau de eficiência no recrutamento de militantes.
- .4. Eficiência das técnicas e táticas utilizadas.
- .5. Líderes e militantes presos ou mortos em combate com os órgãos de Segurança. Elementos expurgados ou mortos por suas organizações. Dados de qualificação.
- .6. Militantes que abandonaram a subversão. Causas determinantes: aliciamento ou atitude espontânea. Repercussão.
- .7. Elementos condenados por subversão e foragidos ou procurado pelos órgãos de Segurança (Organização de relações, contendo os dados de qualificação; atualização dessas relações).
- .8. Efeitos da propaganda subversiva na opinião pública: êxito ou insucesso no agravamento das insatisfações populares.
- .9. Caracterização de grupos sociais insatisfeitos e suscetíveis de serem utilizados pela subversão; grupos sociais mais atingidos pela doutrinação e identificação das reivindicações mais exploradas pelos subversivos.

4. PSICOSSOCIAL

4.1. FATORES POPULACIONAIS

- 4.1.1. Migrações internas, em particular no sentido campo-cidade. Evolução da intensidade; áreas de incidência; causas prováveis; problemas sociais resultantes.
- 4.1.2. Deficiências e/ou dificuldades na execução da política de reorientação das migrações internas, particularmente visando às áreas agro-industrial do Nordeste e agro-pecuária do Centro-Oeste.
- 4.1.3. Deficiências e/ou dificuldades na execução da política de colonização na área da "Transamazônica".
- 4.1.4. Deficiências e/ou dificuldades na ocupação da Faixa de Fronteira e de outras áreas a serem integradas através do desenvolvimento nacional.
- 4.1.5. Existência de comunidades estrangeiras ou de grupos raciais, particularmente na Faixa de Fronteira e nas áreas a integrar do Território Nacional.
 1. Vivificação da Faixa de Fronteira por alienígenas de país limítrofe.
 2. Atividades de contrabando, caça, mineração e exploração da flora por parte de estrangeiros, na Faixa de Fronteira.
 3. Atuação de organizações ou grupos alienígenas em região de pequena densidade populacional mas que, por suas características, sejam capazes de atrair a cobiça estrangeira.
 4. Proliferação repentina de interesse estrangeiro por determinadas áreas do Território Nacional.
- 4.1.6. Deficiências no tocante à seleção de imigrantes. Burla à legislação e às prescrições vigentes para obtenção de Visto Permanente.
- 4.1.7. Debates em torno do problema populacional, controle da natalidade ou planejamento familiar, nos meios de Comunicação Social. Repercussão.

4.2. SITUAÇÃO NA ÁREA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

4.2.1. Política Trabalhista.

- .1. Política Salarial. Deficiências apontadas; manifestações de classe; teses defendidas; repercussão no Congresso, nas Assembléias Legislativas e na Imprensa.
- .2. Receptividade à distribuição dos benefícios indiretos na composição da remuneração do trabalho.
 - .1. PIS.
 - .2. Políticas de valorização da ação sindical e do trabalhador.
 - .3. Instrumentos que beneficiem ou venham a beneficiar a composição da remuneração do trabalho. Piso salarial; efeitos positivos ou negativos do pré-julgado nº 38 do TST.
- .3. Deficiências do FGTS.
- .4. Atuação e deficiências das Delegacias Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho.

4.2.2. Relações Capital-Trabalho.

- .1. Exploração do trabalho humano por grupos ou pessoas influentes política, social ou economicamente.
- .2. Remuneração do trabalho abaixo do nível de subsistência, particularmente em áreas de implantação de projetos beneficentes por incentivos fiscais e outros incentivos indiretos do Governo. Áreas; atividades; populações atingidas; responsáveis.
- .3. Privilégios mantidos por grupos sociais ou pessoas. Fatores ou pessoas que impedem sua eliminação.

4.2.3. Desemprego e mão-de-obra.

- .1. Problemas de desemprego e mão-de-obra. Especificação dos setores atingidos; caracterização das causas; repercussão. Deficiências na coordenação dos esforços da União, dos Estados e dos Municípios.
- .2. Desenvolvimento da meta governamental de recuperação das populações marginalizadas, através da implantação de programas de semi-profissionalização nos pequenos serviços. Existência de campanhas de mobilização permanentes; deficiências dos programas; repercussões; ampliação da oportunidade de trabalho.

4.2.4. Atividades Sindicais.

- .1. Sinais de confiança ou desconfiança nos Sindicatos. Percentual dos sindicalizados por categoria profissional. Razões da baixa sindicalização, quando for o caso.
- .2. Valorização do Sindicato como organização social. Dificuldades para a formação sindical; educação e preparo de líderes; contribuição das Delegacias Regionais do Trabalho; apoio das Universidades. Outras instituições responsáveis.
- .3. Atuação das lideranças sindicais democráticas. Aceitação de suas teses pelos associados; surgimento de novas lideranças.

- .4. Reivindicações dos Sindicatos patronais e de trabalhadores. Posição das Federações e Confederações; reuniões intersindicais de mesmo ou diferentes níveis e de mesma ou diferentes categorias; locais das reuniões; temas abordados; estimativa do número de participantes; repercussão.
- .5. Apoio ou reações das entidades sindicais à Política Trabalhista do Governo. Pronunciamentos de repercussão nacional ou regional.
- .6. Entidades de classe (patronais ou de trabalhadores) que desejam manter privilégios em bases prejudiciais à coletividade. Privilégios mantidos por categoria profissional, capazes de gerarem antagonismos no seio das demais categorias.
- .7. Entidades sindicais dos diversos níveis que mantêm vínculo com organizações internacionais. Natureza dos vínculos; acordos firmados; presença de estrangeiros em assessorias sindicais.
- .8. Conclaves classistas internacionais. Entidades patrocinadoras; local; delegações presentes; temas discutidos; resoluções; compromissos assumidos por delegações brasileiras.
- .9. Relações entre as Delegacias Regionais de Trabalho e as Federações e Sindicatos.

4.2.5. Previdência Social.

- .1. Fatores que afetam a eficiência da Previdência e Assistência Social.
 - .1. Distorções das diretrizes emanadas dos órgãos competentes.
 - .2. Deficiências na forma de prestação de serviços pela classe médica.
 - .3. Distorções provocadas pela forma de remuneração dos serviços médicos.
- .2. Problemas relativos a assistência social, particularmente do menor abandonado e da velhice desamparada. Atuação e deficiências da LBA, FUNABEM e outras instituições de assistência social.

4.3. FATORES QUE INFLUEM NA FORMAÇÃO DA MORAL SOCIAL E DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRAS

4.3.1. Fatores adversos ao desenvolvimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade.

1. Influência dos meios de comunicação de massa, das organizações sociais (profissionais, religiosas, políticas, etc) e dos intelectuais na formação cívica do homem brasileiro, em particular da juventude. Desvirtuamento dos valores morais, cristãos e democráticos; afrouxamento dos laços de família.
2. Falhas na prevenção e repressão à inobservância dos preceitos morais e que contribuem para o descenso gradual dos princípios morais. Deficiência: da censura prévia no tocante a publicações e outras exteriorizações eróticas e pornográficas; do combate aos tóxicos, em particular nas escolas.
3. Deficiências na organização dos currículos e no ensino de "Educação Moral e Cívica" e "Estudo dos Problemas Brasileiros". Deficiências verificadas na escolha e capacitação dos professores da matéria. Caracterização da atuação de professores de forma incompatível com a finalidade do ensino dessas matérias; antecedentes desses professores.
4. Preconceito racial e religioso. Entidades e/ou pessoas envolvidas.

4.3.2. Grau de participação do povo na luta pelo desenvolvimento.

1. Exteriorizações que permitam aquilatar a pertinácia ou alheamento do povo na busca do desenvolvimento: fatores de ordem social, econômica ou política que têm contribuído para a atitude de engajamento ou alheamento, particularmente da juventude.
2. Participação da classe empresarial, das lideranças trabalhistas e de entidades religiosas nos projetos visando ao desenvolvimento nacional. Apoio ou oposição ao "modelo brasileiro" de desenvolvimento.
3. Repercussão na opinião pública, nacional e/ou regional, dos planos governamentais em execução.

4.3.3. Influências na opinião pública.

1. Papel exercido pelos meios de comunicação social, em particular, pela imprensa, pelo rádio e pela televisão, em oposição ou apoio aos planos governamentais.
2. Influência das organizações sociais (culturais, religiosas, profissionais, etc) na orientação da opinião pública.
3. Interferência alienígena na orientação e esclarecimento da opinião pública nacional. Atuação das agências noticiosas estrangeiras em detrimento da perfeita orientação da opinião pública nacional.
4. Estrangeiros proprietários de órgãos de divulgação no BRASIL e sua participação na formação da opinião pública.
5. Caracterização de grupos manipulando ou explorando meios de comunicação social para pressionar soluções que lhes permitam manter privilégios, em especial aqueles contrários aos planos governamentais em execução.

4.4. VULNERABILIDADES NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO

4.4.1. Saúde Pública.

- .1. Deficiências e fatores que dificultam a execução dos planos governamentais:
 - .1. de combate a endemias e epidemias;
 - .2. de suprimento e fiscalização de medicamentos;
 - .3. de controle do exercício da medicina;
 - .4. de ação preventiva e curativa, nas esferas estaduais e municipais.
- .2. Fatores que dificultam a prestação de assistência médica nos locais afastados dos grandes centros urbanos. Medidas tomadas para melhor distribuição de médicos e resultados alcançados.
- .3. Dificuldades no cumprimento do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.
 - .1. Assistência alimentar à população escolar.
 - .2. Assistência alimentar a gestantes, nutrízes e lactentes.
 - .3. Assistência alimentar à população infantil.

4.4.2. Saneamento Básico.

- .1. Dificuldades e deficiências na execução dos programas e planos de suprimento de água potável e instalação de esgotos; superposição de órgãos.
- .2. Repercussão do "Plano Nacional de Saneamento - PLANASA".

4.5. SITUAÇÃO NA ÁREA EDUCACIONAL

4.5.1. Atividades Estudantis.

- .1. Atuação dos diretórios estudantis. Tendências políticas; reivindicações e sua legitimidade.
- .2. Congressos, simpósios, Encontros, etc. Objetivos; entidades promotoras; personalidades presentes; resoluções principais.
- .3. Projeto Rondon, Projeto Minerva, Operação Mauá, "Campi" Universitários e outros projetos ou operações similares.
 - .1. Interesse da classe estudantil.
 - .2. Dificuldades e irregularidades na execução.
 - .3. Distorções de seus objetivos; influências políticas.
- .4. Aplicação do Dec-Lei 477. Processos instaurados; motivos e resultados; elementos atingidos; repercussões.

4.5.2 Deficiências estruturais e irregularidades na área da Educação.

- .1. Deficiências da integração dos 1º e 2º ciclos e dificuldades à universalização do ensino básico.
- .2. Áreas carentes de estabelecimentos de ensino básico, em particular a rural.
- .3. Inadequação do ensino às realidades regionais e nacionais: na formação técnico-profissional e da mão-de-obra qualificada.
- .4. Proliferação de faculdades particulares, sem estruturas mínimas. Deficiências mais evidentes no preparo profissional do estudante.
- .5. Irregularidades na distribuição de bolsas de estudo; tráfico de influência.
- .6. Irregularidades na dedicação exclusiva de professores, em especial no ensino superior.
- .7. Irregularidades na aplicação de verbas nas escolas dos diferentes níveis.
- .8. Irregularidades na aplicação de verbas específicas da Educação, por parte dos Estados e Municípios.

4.5.3. Política Educacional.

- .1. Reforma Universitária. Distorções no cumprimento da orientação federal; áreas de reação; dificuldades. Atuação de reitores, diretores e professores. Críticas à política educacional do Governo.
- .2. Movimentos reivindicatórios do magistério. Causas; legitimidade das reivindicações; líderes; repercussão; exploração política.
- .3. Deficiências, dificuldades e irregularidades na rede paralela de educação:
 - .1. MOBRAF.
 - .2. Cursos de Madureza.
 - .3. Projeto Minerva.
 - .4. Cursos de Educação Integrada.

.5. Cursos de TV Educativa.

.6. Cursos radiofônicos do Movimento de Educação de Base - MEB".

U

L2221

4.6. ATIVIDADES DE GRUPOS RELIGIOSOS

4.6.1. Atuação de grupos religiosos (exceto católicos) no campo tempo-
ral.

.1. Pensamento, influência e ação.

- .1. Alinhamento do pensamento político, econômico e social. Pronunciamentos, resoluções e documentos publicados que caracterizem esse pensamento.
- .2. Influências, nos campos político, econômico e social, contrários ou favoráveis à Política Governamental. Classes sociais e categorias profissionais mais influenciadas.
- .3. Influência cívica. Restrições à prestação do serviço militar; restrições ao culto aos símbolos nacionais, etc. Pronunciamentos e manifestações.
- .4. Pressões contrárias à Paz Social. Agravamentos de tensões; processos de atuação; áreas e temas explorados.
- .5. Atividades realizadas em detrimento do prestígio internacional do País. Ações que contribuam para denegrir a imagem do País no exterior.
- .6. Provocações de preconceitos religiosos.
- .7. Catequese. Modo de atuação; posse de meios de comunicação de massa; número estimado de adeptos. Populações atingidas.

.2. Ligações e relações.

- .1. Ligações com as ramificações internacionais do credo, em particular com o órgão de cúpula; recursos financeiros e outros recebidos de ou remetidos a entidades religiosas ou leigas; obediência a orientação externa.
 - .2. Recursos recebidos oriundos dos cofres públicos, direta ou indiretamente (convênios, contratos, etc).
 - .3. Relações com grupos de pressão político-econômico ou econômico-social.
 - .4. Posição em relação ao marxismo-leninismo.
- .3. Lideranças. Dados de qualificação; formação cultural e profissional; orientação política; sentimento patriótico; atividades extra-religiosas; comportamento social. Sobre líderes estrangeiros aduzir: tempo de permanência no BRASIL; países de origem; local e tipo de cursos que frequentaram; amparo legal para permanência no BRASIL.

4.6.2. Atuação das diferentes correntes e linhas da Igreja Católica.

.1. Identificação dos principais líderes e militantes.

.1. Classificação das correntes.

- Reformista:
- Progressista; e
- Pastoralista.
- Conservadora.

.2. Antecedentes; pronunciamentos; ações e/ou omissões que permitam caracterizar a corrente ou linha seguida.

- .3. Dados de identificação (nome, filiação, data e local de nascimento) e outros dados de qualificação (seminários e universidades frequentados; ordem sacerdotal; etc).
- .2. Linha "progressista" do clero.
 - .1. Atividades:
 - .1. Manifestações no campo político, econômico ou social contrárias à Política Governamental.
 - .2. Exteriorizações, visando a agravar os principais fatores de tensão na sociedade brasileira (desequilíbrios sócio-econômicos regionais e setoriais, etc); exploração das reivindicações das diferentes classes sociais e categorias profissionais.
 - .3. Atuação, objetivando a desprestigiar as autoridades constituídas, procurando desacreditar a forma de governo existente e suscitar um divórcio entre o Governo e o povo.
 - .4. Participação, direta ou indireta, nas campanhas de desprestígio internacional do País; acompanhamento da ação dos elementos que se têm distinguido nessa atividade.
 - .2. Locais (igrejas, clubes, etc), áreas (rural e urbana) e processo de atuação (campanhas, doutrinação, etc); classes sociais e categorias profissionais mais visadas e atingidas.
 - .3. Instrumento de ação.
 - .1. Meios de comunicação social (próprios e/ou manipulados), em apoio à sua ação: levantamento; identificação dos responsáveis pelo seu emprego.
 - .2. Uso de organismos, movimentos e entidades religiosas ou leigas (Seminários, Institutos de Teologia e Filosofia, Ação Católica, JOC, etc); entidades classistas, particularmente no setor estudantil e trabalhista (urbano e rural).
 - .4. Ligações e apoio.
 - .1. Ligações com personalidades e grupos descontentes; apoio moral e/ou material às atividades de grupos subversivos.
 - .2. Ligações com as ramificações internacionais da linha "progressista" da Igreja.
 - .3. Ligações com a "Frente Brasileira de Informações - FBI".
 - .4. Ligações com entidades religiosas ou leigas que têm contribuído para denegrir a imagem do BRASIL no exterior (Amnesty International, etc).
 - .5. Recursos financeiros e outros recebidos de ou remetidos a entidades leigas ou religiosas internacionais.
 - .6. Obediência a orientação externa; acordo ou conciliação com teses comunistas; compromissos de circunstância.
 - .7. Caracterização: das relações com grupos de pressão político-econômico ou econômico-social; do relacionamento com organizações de frente comunista; do relacionamento com entidades ou organismos ecumênicos internacionais.
 - .8. Recursos recebidos oriundos dos cofres públicos, direta ou

indiretamente (convênios, contratos, etc).

- .3. Atuação das demais correntes e linhas dos sacerdotes católicos.
 - .1. Atividades e pronunciamentos concordantes ou contrários às ações do Governo.
 - .2. Atividades de maior repercussão para a valorização do homem; líderes, organizações e entidades empenhadas.
 - .3. Antagonismos entre as correntes e linhas do clero: pronunciamentos e manifestações que os evidenciam, especialmente em relação à linha "progressista".
 - .4. Apoio à linha "progressista".

4.6.3. Atividades de Organismos Religiosos Católicos.

- .1. Reuniões, conferências e resoluções dos principais órgãos da Igreja — "Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB" (e de seus organismos regionais) e "Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB".
 - .1. Linha de conduta adotada, particularmente por seus dirigentes e líderes; correntes ou linhas do clero dominante.
 - .2. Divergências com a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - .3. Vinculações internacionais da CNBB e da CRB, em particular com entidades da AMÉRICA LATINA.
 - .4. Acompanhamento do Plano Pastoral de Conjunto da CNBB.
 - .5. Acompanhamento dos Planos Pastorais Regionais e/ou Setoriais.
- .2. Cursilhos de Cristandade: utilização para fins políticos; responsáveis.

4.6.4. Relações Estado - Grupos Religiosos.

- .1. Identificação de grupos religiosos e/ou leigos interessados no estreitamento das relações Estado - Igreja: projeção de atritos pessoais; transferência para a Igreja, de condenações pela Justiça, de seus membros delituosos, etc.
- .2. Líderes religiosos ou leigos que procuram atenuar as divergências entre suas respectivas religiões e o Estado. Repercussão e receptividade à sua atuação.
- .3. Grupos religiosos ou setores desses grupos que têm cooperado com o Governo. Líderes.

4.7. DIFICULDADES NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

- 4.7.1. Dificuldades para assegurar a participação do trabalhador nos benefícios resultantes da expansão da renda nacional, notadamente mediante o "Programa de Integração Social - PIS" e o "Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP".
- 4.7.2. Dificuldades para expandir os programas de desenvolvimento social, notadamente da Educação e da Habitação, com efeito sobre a distribuição da renda e da riqueza.
- 4.7.3. Dificuldades para valorizar as categorias vitais para o desenvolvimento: a mocidade ⁹²¹ universitária, o magistério, o servidor público.
- 4.7.4. Dificuldades para apoiar as categorias de renda mínima, através da Central de Medicamentos e do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, por intermédio do FUNRURAL.
- 4.7.5. Dificuldades para recuperar as populações marginalizadas — zonas rural e urbana — assim entendidas as de níveis de produtividade muito baixos ou que dispõem de oportunidades de trabalho apenas em tempo parcial.

4.8. DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

4.8.1. Fatores que dificultam o desenvolvimento científico e tecnológico.

- .1. Dificuldades de coordenação e orientação do desenvolvimento científico e tecnológico; indefinição das áreas prioritárias.
- .2. Fatores que têm dificultado a modernização das principais instituições governamentais de pesquisa científica e tecnológica. Dificuldades e deficiências estruturais do Conselho Nacional de Pesquisa e do Instituto Nacional de Tecnologia. Fatores adversos e área de resistência à implantação do Sistema Nacional de Informação Científica.
- .3. Interferência de interesses alienígenas, de qualquer natureza, em detrimento do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.
- .4. Deficiência do sistema financeiro em operação, para a canalização de recursos para o desenvolvimento tecnológico: "Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT", "Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico-FUNTEC" (BRDE), "Fundo de Amparo à Tecnologia-FUNAT" (Instituto Nacional de Tecnologia), etc.
- .5. Falhas no estímulo à pesquisa, condições de trabalho inadequadas; remuneração insatisfatória; etc.
- .6. Falhas no estímulo à pesquisa pelas empresas nacionais.
- .7. Êxodo de técnicos nacionais para o exterior. Causas; focos de atração; especialidades; percentagem de aumento ou decréscimo, por especialidade, em relação ao período anterior.

4.8.2. Tecnologia na indústria e na agricultura.

- .1. Fatores que têm dificultado a adaptação tecnológica e a criação de tecnologia própria. Falta de estímulos à engenharia dita de produto e de processo, para criar modelos e processos nacionais. Insuficiência de institutos agrônomicos e de programas de pesquisa agrícola, particularmente com relação às principais culturas, às técnicas de irrigação e à tecnologia de alimentos tropicais.
- .2. Falhas nos instrumentos capazes de orientar a tecnologia importada, para atendimento de nossas necessidades produtivas: atendimento e estímulo da potencialidade da produção nacional de ciência e tecnologia; ausência de uma clara definição de setores prioritários para transferência de tecnologia e na distinção das diversas categorias de transferência (assistência técnica permanente ou temporária, licenças para utilização de patentes e marcas, etc).
- .3. Fatores que dificultam a integração Indústria - Pesquisa - Universidade.
- .4. Fatores que dificultam a aplicação dos avanços técnico-científicos obtidos por pesquisadores nacionais.
- .5. Atuação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
 - .1. Dificuldades para instalação do Centro de Informações sobre Patentes.
 - .2. Dificuldades na seleção da tecnologia a importar.

4.8.3. Energia Nuclear e Pesquisa Espacial.

.1. Fatores que dificultam o desenvolvimento da "Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN", particularmente quanto aos seguintes aspectos:

- .1. Lavra de minérios nucleares.
 - .2. Tratamento e enriquecimento do urânio.
- .2. Fatores que dificultam a participação crescente da indústria nacional no fornecimento de equipamentos para projetos nucleares.
- .3. Fatores que dificultam a gradual assimilação, pelas empresas nacionais, da tecnologia nuclear.
- .4. Fatores que têm retardado avanços significativos de equipes nacionais no domínio das técnicas de desenvolvimento, produção e atualização de reatores e de combustíveis e materiais nucleares.
- .5. Fatores que dificultam a atuação da "Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEE" na coordenação e orientação do desenvolvimento da tecnologia de reatores e na formação e treinamento de pessoal.

- .1. Deficiências de estrutura.
 - .2. Deficiências de outra natureza (superposição de atividades, descontinuidade de orientação, etc).
- .6. Fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades do "Instituto de Energia Atômica - IEA" (SP).
- .7. Fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades do "Instituto de Pesquisas Radioativas - IPR" (MG).
- .8. Fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades do "Instituto de Energia Nuclear - IEN" (GB).

4.8.4. Pesquisa Espacial.

- .1. Acompanhamento das atividades do "Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE", em especial dos estudos de viabilidade de implantação do sistema educacional via satélite. Dificuldades.
- .2. Evolução das atividades da Comissão Interministerial dos "Sistemas Avançados de Tecnologia Educacional - SATE".

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.1. DESENVOLVIMENTO DO SETOR PRIMÁRIO.

5.1.1. Legislação - dificuldades advindas da não consolidação e codificação dos diplomas legais relativos à Política Agrária.

- .1. Manutenção de legislação tornada supérflua ou inútil; caracterização de ambigüidades e conflitos.
- .2. Conflitos de competência dos órgãos executores.
- .3. Convênios entre órgãos governamentais, fragmentando ou protelando o processo decisório e elevando os custos.

5.1.2. Política Financeira - deficiências na Agropecuária.

- .1. Nas condições de crédito.
- .2. Na tributação rural.
- .3. Na fixação e garantia dos preços mínimos.
- .4. Na localização das entidades creditícias.

5.1.3. Produtividade - caracterização dos fatores que limitam o aumento da produtividade agropecuária.

- .1. Deficiência da educação rural: falta de objetividade e de disseminação das escolas técnicas rurais.
- .2. Deficiência dos órgãos governamentais de assistência técnica.
- .3. Dificuldades na obtenção e utilização de insumos (fertilizantes, corretivos, inseticidas, sementes, implementos, etc).
- .4. Falta de difusão de novas técnicas e de motivação para absorção do desenvolvimento tecnológico.

5.1.4. Reforma Agrária e Colonização.

- .1. Dificuldades para a consolidação dos projetos de colonização e de manutenção dos serviços e da infra-estrutura inicialmente montados.
- .2. Ritmo da evolução do número de famílias assentadas nas áreas prioritárias; discriminação da percentagem decorrente da simples legitimação de posses; número de minifúndios ampliadados.
- .3. Deficiências da assistência técnica e financeira nas áreas prioritárias.
- .4. Evolução da produção extrativa ou de alimentos e fibras nas áreas de aplicação da reforma; dificuldades de comercialização; deficiências de apoio pelos órgãos responsáveis.
- .5. Caracterização das pressões sócio-econômicas e político-econômicas contrárias à implantação dos projetos de Reforma e Colonização: formas de atuação; interesses; latifúndios improdutivos.

- .6. Dificuldades na execução dos programas de irrigação do Nordeste; desenvolvimento ou adaptação de tecnologia própria; custos operacionais.
- .7. Atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Deficiências e dificuldades para a execução do agravamento das taxações sobre o solo inaproveitado; reflexos desta medida sobre a transformação da estrutura agrária; ritmo da transformação.
- .8. Desenvolvimento do Programa de Redistribuição de Terras - (PROTERRA). Caracterização das deficiências e das áreas de resistência; dispersão dos recursos.
- .9. Acompanhamento da Reforma Agrária nos diversos Estados, nas áreas já determinadas por lei: dificuldades decorrentes da falta de infra-estrutura, de condições sociais, de problemas de posseiros, das demandas judiciais de posse, etc.

5.1.5. Política Florestal - dificuldades e deficiências.

- .1. Atuação do "Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF" na preservação da flora, da fauna e no reflorestamento. Idem de órgãos estaduais.
- .2. Condições de manutenção dos parques nacionais e estaduais e das reservas biológicas.
- .3. Atividades que acelerem o desaparecimento de espécies da fauna e da flora consideradas em extinção.
- .4. Atuação das empresas de reflorestamento que se utilizam dos incentivos fiscais do Dec-Lei nº 157.

5.1.6. Pesca - dificuldades e deficiências no seu desenvolvimento.

- .1. Atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).
- .2. Falhas na legislação sobre incentivos fiscais.
- .3. Fatores que têm dificultado maior expansão da indústria pesqueira e da comercialização do pescado.
- .4. Atividades predatórias no campo da pesca e/ou da exploração de outros recursos do mar.

5.1.7. Cooperativismo.

Fatores que tornam insatisfatório o seu desenvolvimento. Dificuldades e irregularidades.

5.1.8. Evolução da Produção Primária.

- .1. Agricultura.
 - .1. Deficiências no desdobramento do Programa de Aumento de Safras.
 - .2. Acompanhamento da evolução das safras de maior expressão econômica na área; dificuldades e causas. Particular interesse para os produtos tradicionais na pauta de nossas importações e exportações.

- .2. Pecuária.
- .1. Situação atual dos rebanhos.
 - .2. Execução dos Planos visando ao aumento e ao aprimoramento dos rebanhos.
 - .3. Evolução nas áreas produtoras. Abate e exportação.
 - .4. Influência dos fatores adversos.
- .3. Extração Vegetal. 0312221
- .1. Insuficiência do planejamento, apoio e controle do desenvolvimento da extração de borracha, gomas vegetais não elásticas, ceras, sementes oleaginosas e madeiras.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.1. DESENVOLVIMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO.

5.1.1. Indústria Extrativa Mineral - dificuldades no seu desenvolvimento.

- .1. Dificuldades para o aproveitamento do potencial econômico referente a minérios, decorrentes:
 - .1. de pressões sócio-econômicas ou político-econômicas;
 - .2. da ineficiência administrativas;
 - .3. da ingerência alienígena;
 - .4. do "nacionalismo" extremado;
 - .5. de deficiências da infra-estrutura.
- .2. Dificuldades e deficiências:
 - .1. da atuação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais;
 - .2. do mapeamento geológico;
 - .3. no desdobramento do Projeto RADAM;
 - .4. no programa de incentivos governamentais à expansão da indústria mineral, em particular quanto aos minérios carentes (carvão coqueificável e minerais de cobre, zinco, níquel, enxofre, fósforo, potássio e sódio).
- .3. Problemas referentes ao suprimento ou contrabando de materiais estratégicos ou carentes.
 - .1. Grupos estrangeiros que realizam sondagens ou prospecções clandestinas: áreas e objetivos visados. Identificação e ligações desses grupos.
- .4. Problemas relativos a atividades de garimpagem, particularmente do ouro, da cassiterita, de pedras preciosas e semipreciosas.
 - .1. Contrabando e descaminho; pessoas e/ou grupos que atuam como "atravessadores".
 - .2. Deficiências da legislação (comercialização, controle da produção, etc.).
 - .3. Deficiências da fiscalização federal nas áreas de garimpagem.
 - .4. Preços oficiais e preços correntes de mercado.
 - .5. Causas das distorções na comercialização.
 - .6. Dificuldades encontradas pela "Fundação de Assistência aos Garimpeiros - FAG", na consecução de seus objetivos.
- .5. Dificuldades e deficiências para expansão da produção petrolífera.
 - .1. No planejamento e execução dos programas estabelecidos pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP).
 - .2. Na atuação da PETROBRÁS: pressões tendentes a dificultar

a exploração do petróleo, em especial na plataforma continental.

- .6. Caracterização dos fatores que dificultam ou retardam a utilização do xisto betuminoso.

5.2.2. Indústria de Energia Elétrica.

- .1. Dificuldades que se antepõem ao desenvolvimento da indústria de geração de energia elétrica.
 - .1. Para atendimento da demanda estimada.
 - .2. Para interligação dos sistemas de geração.

5.2.3. Indústria de Transformação - dificuldades no seu desenvolvimento.

- .1. Atuação dos Grupos Executivos do Ministério da Indústria e Comércio nos vários setores da indústria de transformação.
- .2. Caracterização dos fatores que têm dificultado uma maior expansão na área das indústrias básicas, particularmente na:
 - .1. Siderurgia e Metalurgia, em especial do alumínio, zinco, estanho e cobre.
 - .2. Química, em especial dos fertilizantes, soda cáustica, barriha, ácido sulfúrico e plásticos.
 - .3. Mecânica e Elétrica.
 - .4. Do cimento.

5.2.4. Dificuldades no desenvolvimento da Indústria de Construção. Reflexos no mercado de mão-de-obra não qualificada.

- .1. Causas principais.
- .2. Dificuldades na atuação do Banco Nacional de Habitação.
 - .1. Para desenvolver os planos habitacionais.
 - .2. Para aumentar seus investimentos.
 - .3. Para fiscalizar o SFH: captação de recursos, agentes financeiros, construtores e mutuários.
- .3. Deficiências e irregularidades no Sistema Financeiro de Habitação.
 - .1. Na política de financiamento da casa própria às classes menos favorecidas.
 - .2. No financiamento à indústria de material de construção.
 - .3. Na proliferação excessiva de instituições e agências financeiras.
 - .4. Quanto ao custo operacional dos empréstimos.

5.2.5. Empresa Nacional.

- .1. Dificuldades na execução do Programa de Modernização e Reorganização Industrial e seu aproveitamento pelas empresas nacionais.

- .1. Fortalecimento da empresa privada através das fusões, incorporações, redução empresarial; abertura do capital, redução do custo da produção. Dificuldades no fortalecimento de seu poder de competição; desnacionalizações.
- .2. Desenvolvimento industrial pela modernização e renovação do parque industrial; mão-de-obra especializada; política creditícia e de estímulos; combate aos trustes e monopólios.
- .2. Atuação de empresas multinacionais, contrárias aos interesses nacionais.
- .3. Reflexos da política de transplantação de fábricas.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.3. DESENVOLVIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO.

5.3.1. Dificuldades no desenvolvimento da Política de Circulação.

- .1. Dificuldades, deficiências e irregularidades na execução do Plano de Viação Nacional.
- .2. Pontos de estrangulamento no escoamento da produção: deficiências de coordenação entre os organismos responsáveis pelo escoamento das safras para o mercado interno; reflexos da implantação dos "corredores de exportação".
- .3. Deficiências de armazenagem e conservação de produtos perecíveis: áreas mais afetadas; incoerências na programação de construção de silos e armazéns; reflexos da implantação das centrais de abastecimento.
- .4. Deficiências e dificuldades da Política Brasileira de Marinha Mercante.
 - .1. Navegação de cabotagem.
 - .2. Navegação de longo curso.
 - .3. Conferência de Frete.
 - .1. Deficit no balanço de pagamentos, no item Serviço de Frete.
 - .2. Dificuldades para participação nos fretes dos produtos tradicionais. U-222

5.3.2. Comunicações.

- .1. Telecomunicações - dificuldades, deficiências e irregularidades; atuação das concessionárias.
 - .1. Telex.
 - .2. Rádio.
 - .3. Telefonia.
 - .4. Televisão.
 - .5. Telegrafia.
 - .6. TELEBRÁS.
- .2. Serviços Postais - dificuldades, deficiências e irregularidades.
Atuação da EBCT.
- .3. Indústria Nacional e Pesquisa.
 - .1. Participação nos projetos; nível de preços e padrão de qualidade da indústria nacional.
 - .2. Dificuldades para o estabelecimento de centros de estudo e desenvolvimento de pesquisa para comunicações.

5.3.3. Dificuldades no Desenvolvimento do Comércio.

- .1. Dificuldades na execução do Programa de Modernização e Recor-

ganização do Comércio (PMRC) e no seu aproveitamento pela empresa nacional. Reflexos sobre a possibilidade de comercialização externa das pequenas e médias empresas industriais.

- .2. Dificuldades para constituição de consórcios e outras formas de associação para exportação, por firmas nacionais, para atuação nas áreas chamadas de "reserva de mercados".
 - .1. Condições das associações com capitais estrangeiros.
 - .2. Capitais predominantes nas "trading companies".
- .3. Dificuldades que possam advir da comercialização externa, motivadas pela deficiência do controle da qualidade ou classificação dos produtos exportados.
- .4. Caracterização dos fatores que influem na expansão e na colocação da produção, no mercado interno.
 - .1. Custos do sistema bancário e demais instituições financeiras.
 - .2. Carga tributária.
 - .3. Distribuição da renda.
- .5. Deficiência no controle fiscal das importações e exportações.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.4. DELITOS E ATOS CONTRÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL.

5.4.1. Abuso do poder econômico.

- .1. Caracterização de pessoas e/ou empresas que se encaminham para o domínio ou dominam o mercado nacional ou regional; formas de atuação.
- .2. Caracterização de pessoas e/ou empresas que:
 - .1. elevam os preços sem justa causa;
 - .2. exercem especulação abusiva para fins de elevação de preços (retenção, açambarcamento de mercadorias, etc);
 - .3. utilizam artifícios em detrimento dos vendedores de matérias-primas;
 - .4. interrompem ou reduzem a produção ou prestação de serviços, sem justa causa.
- .3. Caracterização de atividades ilegais de pessoas ou instituições financeiras, provocando a elevação do custo do dinheiro.
- .4. Caracterização de grupos estrangeiros ou nacionais que, burlando a legislação existente ou as recomendações das autoridades econômico-financeiras do país, procuram valer-se do poder econômico em detrimento da economia nacional.
- .5. Representantes de grupos econômicos atuando no Legislativo ou Executivo.
 - .1. Pressão de grupos econômicos sobre a área político-administrativa: legislação visando ao fortalecimento de grupos econômicos.

5.4.2. Crimes contra a Fazenda Pública.

- .1. Contrabando e descaminho.
 - .1. Áreas de incidência; amplitude; existência de campos de pouso clandestinos e áreas propícias ao contrabando por via marítima.
 - .2. Deficiências das medidas de combate e fiscalização ao contrabando e à comercialização do produto contrabandeado.
- .2. Falsificações e fraudes.
 - .1. Falsificações de documentos, valores, títulos legalizados ou oficiais; identificação dos responsáveis.
 - .2. Fraudes, particularmente para liberação de recursos advindos do sistema de captação de poupança e incentivos fiscais.
- .3. Sonegação de tributos. Débitos fiscais para com a Fazenda Pública: montante, percentagem sobre o lançamento global. Atos ilegais de Agentes do Serviço Público.

5.4.3. Atos contrários ao desenvolvimento econômico-social.

.1. Corretores e intermediários que atuam na liberação de recursos governamentais, retendo percentagens elevadas, a título de comissões e ágios, particularmente na área da SUDENS e da SUDAM.

.1. Identificação dos responsáveis; deficiência do controle pelas autoridades financeiras; conivência de autoridades e funcionários.

.2. Identificação de grandes investidores que exigem ágios para aplicação de seus recursos, advindos de incentivos fiscais, em determinados projetos ou empresas. Identificação de funcionários públicos coniventes; forma de atuação.

.3. Concorrências fraudulentas.

5.4.4. Evasão de divisas.

.1. Identificação e processo de atuação de pessoas ou grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, empresas de importação e exportação, instituições bancárias, ou outras de captação de poupança, e casas de câmbio implicados, direta ou indiretamente, na evasão ilegal de divisas.

.1. Comportamento das autoridades competentes em face das atividades que provocam a evasão de divisas.

.2. Deficiência dos mecanismos de controle da evasão ilegal de divisas.

.1. Sub ou superfaturamento das empresas nas vendas e compras do exterior.

.2. Retenção de juros, no exterior, em empréstimos tomados em instituições financeiras que operam no exterior em nome da própria matriz internacional da empresa.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.5. DEFICIÊNCIAS DO MERCADO FINANCEIRO.

5.5.1. Caracterização de fatores ou medidas que concorram para:

- .1. dificultar a contenção do processo inflacionário;
- .2. elevar as taxas de juros;
- .3. reter o nível de demanda de bens de consumo;
- .4. limitar a capacidade de importação;
- .5. expandir em demasia a dívida externa.

5.5.2. Mercado de Crédito.

- .1. Caracterização de fatores que concorram para o elevado custo do dinheiro:
 - custos operacionais;
 - gastos ilimitados em propaganda e instalações suntuosas;
 - proliferaçã de agências;
 - elevadas margens de intermediação;
 - altas taxas de juros no sistema de crédito direto ao consumidor, etc.
- .2. Dificuldades do Sistema de Controle, para:
 - coibir a manipulação dos valores em trânsito;
 - controlar os custos operacionais;
 - coibir a realização de operações marginais: triangulares, mercado paralelo; garantias "frias" no sistema de letra de câmbio;
 - apresentação de casos concretos verificados.
- .3. Dirigentes de órgãos governamentais no exercício de funções em bancos e outras instituições financeiras.
- .4. Desvirtuamento na política de correção estrutural das organizações creditícias. Concentração de bancos e estabelecimentos de crédito, através de fusões, sob o domínio de um reduzido número de grupos econômicos.

5.5.3. Mercado de Capitais.

- .1. Deficiências do processo de poupança: alta dos custos operacionais; excesso de instituições financeiras; falhas na proporcionalidade do prazo e ao risco, na rentabilidade dos títulos.
- .2. Deficiências do processo financeiro na multiplicação e na aceleração do processo de acumulação de capital.
- .3. Dificuldades dos Bancos de Investimentos: desvirtuamento de suas atividades no atendimento de novos projetos e na cooperação ao processo de evolução da tecnologia.
- .4. Bolsa de Valores.

- .1. Irregularidades nas Bolsas de Valores, nas Sociedades Cor-

retoras, nas Sociedades Distribuidoras e de seus Agentes, em detrimento do Mercado e dos pequenos investidores. Reflexos.

- .2. Deficiências do aparelho fiscalizador.
- .3. Atuação dos fundos dos investimentos fiscais e dos fundos dos investimentos em condomínio.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.6. EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA.

5.6.1. Comércio Exterior.

.1. Exportação.

- .1. Valor global e variação percentual em relação a igual período do ano anterior.
- .2. Diversificação de produtos e mercados; evolução. Fatores políticos e/ou econômicos que têm dificultado sua evolução; tendências.
- .3. Tendência dos preços internacionais dos produtos primários
- .4. Evolução da exportação, incentivos à exportação e suas conotações.
 - .1. Participação percentual no total dos produtos primários e manufaturados.
 - .2. Evolução da participação:
 - dos minérios;
 - da carne;
 - de outros produtos primários não tradicionais.
- .5. Deficiências no controle fiscal das exportações.

.2. Importação.

- .1. Valor global e variação percentual em relação a igual período do ano anterior.
- .2. Variação percentual da importação de petróleo e seus derivados; do trigo; de máquinas e equipamentos.
- .3. Evolução da importação de bens não essenciais.
- .4. Deficiências no controle fiscal das importações.

5.6.2. Investimentos.

- .1. Montante dos investimentos no setor público e no setor privado.
 - .1. Valor percentual dos investimentos no setor primário e no secundário.
 - .2. Valor percentual dos investimentos em bens de consumo e bens de capital.
 - .3. Valor percentual dos investimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul.
- .2. Investimentos estrangeiros diretos: origens e setor de atividade das aplicações.
 - .1. Montante acumulado em percentual do PNB.

5.6.3. Fontes de Recurso.

- .1. Montante das emissões do tesouro. Evolução percentual no período. Causas: pressão do tesouro; pressão do setor privado; conversão cambial dos empréstimos em moeda estrangeira.

- .2. Taxa de poupança interna. Deficiência dos mecanismos de indução ou estímulo à sua expansão.
- .3. Poupança Externa.
 - .1. Valor dos empréstimos compensatórios em moeda e em financiamento de importações.
 - .2. Evolução dos empréstimos diretos do exterior e repasses por meio de estabelecimentos financeiros:
 - volume;
 - influência no aumento da reserva em divisas e no processo inflacionário;
 - dificuldades geradas para o controle da política creditícia;
 - dificuldades geradas para o controle do endividamento externo.
 - .3. Deficiências no controle da aplicação dos empréstimos oriundos do exterior quanto a:
 - compatibilidade dos prazos e juros;
 - viabilidade econômica dos programas financiados;
 - convênios ou imposições que impeçam ou dificultem o aproveitamento de técnicos, de tecnologia ou de equipamentos nacionais.
 - .4. Dificuldades para execução de projetos governamentais financiados pelo exterior: gastos superfluos, incapacidade gerencial, etc.

5.6.4. Valor das reservas em divisas.

5.6.5. Produtividade.

- .1. Valor da relação capital/produto na economia nacional.
- .2. Valor da relação capital/produto:
 - na indústria;
 - na agricultura;
 - nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul.
- .3. Fatores que dificultam a manutenção da alta capacidade produtiva da indústria nacional; indícios de sua regressão.

5.6.6. Serviços e Empregos.

- .1. Taxa de expansão do mercado de serviços e empregos:
 - .1. Setor Primário.
 - .2. Setor Secundário.
 - Indústria de Transformação;
 - Indústria de Construção.
 - .3. Setor Terciário.
- .2. Setores mais carentes de mão-de-obra especializada. Estimativas sobre necessidade de mão-de-obra especializada em face da transplantação de indústrias estrangeiras para o BRASIL.

.3. Número de novos inscritos na Previdência Social.

5.6.7. Evolução da dívida externa.

- .1. Administração da dívida externa: montante da dívida; percentual relativo ao serviço de capital; escalonamento das amortizações para a liquidação do principal, com ou sem garantias de entidades públicas.
- .2. Capitais estrangeiros: retornos; pagamentos relativos a lucros, dividendos, "royalties", etc.

5.6.8. Acompanhamento da conjuntura econômica regional (economias estaduais).

- .1. Planos e iniciativas dos Governos Estaduais conflitantes com a Política Federal.
- .2. Síntese da evolução da economia regional (economias estaduais) quanto ao desempenho geral no período; causas dos destaques favoráveis e desfavoráveis; expectativas para o período subsequente.

5. ECONOMIA E FINANÇAS

5.7. EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE VIDA.

5.7.1. Custo de Vida.

- .1. Caracterização dos fatores que mais têm contribuído para o aumento de cada um dos componentes do custo de vida:
 - .1. alimentação;
 - .2. vestuário;
 - .3. habitação;
 - .4. higiene e saúde;
 - .5. artigos de residência;
 - .6. serviços pessoais;
 - .7. serviços públicos.
- .2. Evolução do índice geral dos preços e do custo de vida acumulado no ano corrente.

5.7.2. Salários.

- .1. Evolução dos salários; índices dos reajustes das principais categorias profissionais; salário médio regional das categorias cujo salário tenha sido reajustado.
- .2. Relação entre a justa distribuição da riqueza e o estágio do processo de desenvolvimento nacional.
- .3. Relação entre os reajustes salariais e o aumento dos preços regionais, particularmente da componente de alimentação.
- .4. Caracterização das causas que dificultam a concessão espontânea de melhoria salarial:
 - falta de incentivos fiscais;
 - encargos e contribuições relativos à legislação trabalhista e social;
 - restrições legais.

5.7.3. Inflação.

- .1. Identificação dos fatores que mais têm contribuído para a pressão inflacionária.
 - .1. Evolução da expansão dos meios de pagamentos; política de redesconto; emissão de papel moeda.
 - .2. Aumentos salariais acima da média da elevação do poder aquisitivo e da produtividade.
 - .3. Deficiência das arrecadações e tributos: acréscimo da carga tributária.
 - .4. Deficiência dos controles de custos e preços.
 - .5. Deficit no balanço de pagamento.
 - .6. Incentivos às exportações; incentivos fiscais.
- .2. Evolução do processo inflacionário: taxa acumulada, comparativa a igual período do ano anterior.

- .3. Caracterização de indivíduos, grupos e classes interessados na ocorrência dos fatores inflacionários; pressões político-econômica e econômica-social; causas e pretextos alegados.

5.7.4. Renda Nacional e sua distribuição.

- .1. Evolução da renda nacional: percentual.
 - .1. Renda "per capita" global e por Unidade da Federação.
 - .2. Distribuição da Renda Interna: setor urbano e rural.
- .2. Deficiências da Política Tributária que concorrem para distorções na distribuição da renda.
 - .1. Caracterização de medidas que conduzem à crescente concentração de renda em sub-setores:
 - aumento relativo da tributação indireta, em detrimento da tributação direta;
 - anulação parcial do critério de progressividade do imposto de renda, pela adoção de taxa fixa sobre os rendimentos não identificados.
 - .3. Distribuição indireta da renda.

Amplitude da faixa da população realmente beneficiada pelos diversos planos governamentais e que lhe possibilitou auferir maiores rendas.
- .4. Outros fatores que afetam a distribuição mais justa da renda nacional.

6. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

6.1. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

- 6.1.1. Dificuldades no funcionamento das AR. m
- 6.1.2. Dificuldades no funcionamento dos Órgãos das Comunidades Setoriais dos Ministérios Militares.
- 6.1.3. Dificuldades no funcionamento dos Órgãos das Comunidades Setoriais dos Ministérios Civis. m
- 6.1.4. Dificuldades no funcionamento dos Órgãos das Comunidades Complementares.
- 6.1.5. Dificuldades na execução do PNI.

Dez 72 - A

S E C R E T O
I N F O R M A Ç Õ E S I N T E R N A S

B - PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

03L2R21

Dez 72 - A

S E C R E T O
I N F O R M A Ç Õ E S I N T E R N A S

1. SISTEMÁTICA DE TRABALHO

03L2R21

S E C R E T O

SISTEMÁTICA DE TRABALHO
- INFORMAÇÕES INTERNAS -

1. GRUPEAMENTO DE ASSUNTOS

Os assuntos abrangidos pelas INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS INTERNAS estão grupados em sete conjuntos, os quais receberam, para suas identificações, números com um algarismo, na ordem que se segue:

1. POLÍTICA INTERNA
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
3. SUBVERSÃO
4. PSICOSSOCIAL
5. ECONOMIA E FINANÇAS
6. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES
7. DADOS BIOGRÁFICOS

2. CÓDIGO NUMÉRICO

a. Em cada conjunto estão definidos os assuntos cujo conhecimento é de maior interesse dos clientes principais do SNI e sobre os quais devem ser produzidas informações. Tais informações constituem as INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS globais e, para identificá-las, foram-lhes atribuídos números de dois algarismos.

b. Em face da amplitude dos assuntos abrangidos, tornou-se conveniente o desdobramento e, mesmo, o subdesdobramento, a fim de indicar o grau de profundidade no trato dos mesmos e, também, melhor especificar o que é desejado. A esses desdobramentos e subdesdobramentos foram atribuídos, respectivamente, números de três e quatro algarismos.

c. Nos casos em que se tornou necessário especificar mais detalhadamente o que é desejado a respeito dos subdesdobramentos, foram feitos novos desdobramentos, identificados por mais um algarismo.

d. Exemplo: 1.1.6.3.

1.	1.	6.	3.
CONJUNTO DE ASSUNTOS	IN GLOBAL	DESDOBRAMENTO DE IN	SURDESDOBRAMENTO DE IN
(POLÍTICA INTERNA)	(como assunto global) (PROCESSO POLÍTICO NACIONAL)	(desdobramento do assunto global) (receptividade à Política Governamental)	(subdesdobramento do assunto global) (manifestação nos legislativos, com repercussão nacional ou regional)

3. ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

a. O critério básico seguido para a atribuição de responsabilidade pela produção das informações foi o da adequabilidade, aplicado com fundamento na área de competência dos órgãos a que os OI (Órgãos Coordenadores das atividades de Informações no âmbito das Comunidades Setoriais Militares, D S I e Agências do SNI) estão vinculados. Isso proporcionará maior facilidade de trabalho aos OI e será obtido um maior aprofundamento nos assuntos, por serem familiares a seus órgãos de busca.

Na atribuição dessa responsabilidade aos integrantes do SISNI, foram considerados dois aspectos:

1) assuntos da área de competência dos OI, a respeito dos quais os mesmos devem tomar conhecimento e estar em condições de informar sobre sua evolução;

2) assuntos afins à área de competência dos OI ou assuntos que normalmente chegam ao conhecimento dos OI, em decorrência de suas áreas geográficas de atuação.

b. Considerando esses dois aspectos, foram atribuídas, aos OI, responsabilidades pela produção:

1) de "INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS", abordando o assunto como um todo (incluindo os seus desdobramentos); ou,

2) de informações referentes a desdobramentos do assunto.

c. No caso da produção de informações referentes apenas a desdobramentos do assunto (3ª casa decimal), foram estabelecidos dois graus de responsabilidade:

1) responsabilidade "A", com periodicidade, quando o assunto abordado como um todo não está atribuído ao OI, o qual, entretanto, está mais capacitado a obter os dados referentes ao desdobramento considerado, por dizer respeito a área de sua competência;

2) responsabilidade "B", sem periodicidade, nos assuntos afins à área de competência dos OI ou nos assuntos que normalmente chegam ao conhecimento dos OI, em decorrência de suas áreas geográficas de atuação.

4. PERIODICIDADES

a. A fim de evitar a sobrecarga de trabalho em determinados meses, motivada pela fixação de data única para término de trimestres e semestres, foram diversificadas as datas para remessa de III trimestrais, semestrais e anuais, tornando o trabalho mais equilibrado em todos os meses do ano.

b. No que diz respeito aos desdobramentos do assunto global, fixou-se periodicidade somente para aqueles de responsabilidade "A", estabelecendo-se como finais de período as datas que antecedem de um mês o término fixado para as IN de que são desdobramentos.

Essa medida visa a permitir que o responsável pela produção de uma IN de forma global possa contar com informações periódicas sobre seus desdobramentos, produzidas por outro OI, a fim de proceder à apreciação global sobre o assunto da IN, no período considerado.

5. IDENTIFICAÇÃO DAS IN EM DOCUMENTOS

a. Nos documentos de informações, as IN serão identificadas, no cabeçalho, pelo número que lhes corresponde no "REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS", da seguinte forma:

ASSUNTO: EVOLUÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL - 1.3.

b. No caso de informação referente a um desdobramento do assunto global, a identificação será feita pelo número correspondente ao desdobramento que melhor enquadrar o assunto abordado (3 algarismos ou mais).

Exemplo:

INFORMAÇÃO Nº ... DSI/MEC

DATA:

ASSUNTO: Movimento Subversivo na Faculdade da Universidade de SÃO PAULO, em - 3.3.4.

Trata-se, pois, de uma informação enquadrada no desdobramento nº 4 (Infiltração nos estabelecimentos de ensino), da IN nº 3 (Infiltração Comunista nos diversos setores de atividade), do Conjunto nº 3 (SUBVERSÃO).

O exemplo mostra, também, que o preenchimento do ASSUNTO, no cabeçalho da informação, deve ser tão específico quanto possível, não devendo ser uma simples repetição do desdobramento da IN em que se enquadrou; tal procedimento facilitará, sobretudo, a recuperação posterior da informação.

6. IDENTIFICAÇÃO, NOS PLANOS DE INFORMAÇÕES DOS OI, DAS IN E DESDOBRAMENTOS CONSTANTES DO "REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS"

A fim de facilitar o intercâmbio de informações entre os OI, os Planos deverão conter, além dos números dados às IN, no âmbito das Comunidades, os números das IN e de seus desdobramentos constantes do REPERTÓRIO DE IN.

7. APERFEIÇOAMENTO DO "REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS" E ALTERAÇÕES NA "PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES"

a. A forma de apresentação do "REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS" permite a sua atualização, à medida que surjam novos assuntos ou evoluam os assuntos já relacionados, e adaptação às peculiaridades e possibilidades dos órgãos integrantes do SISMI, em função do seu próprio empenho e sem quebrar a estrutura do conjunto.

b. Sugestões visando ao aperfeiçoamento do "REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS" e da "PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES" deverão ser encaminhadas à AC/SMI, devidamente fundamentadas, independentemente de periodicidade, particularmente sobre o seguinte:

- 1) novos assuntos a serem incluídos, com seus desdobramentos;
- 2) desdobramentos a serem acrescentados nos assuntos já existentes;
- 3) cancelamento de responsabilidade pela produção de IN, como assunto global, ou desdobramentos;
- 4) transferência de assunto de um conjunto de assuntos para outro;
- 5) transferência de vinculação de um desdobramento de um assunto para outro;
- 6) modificações na redação dos assuntos e de seus desdobramentos;
- 7) modificações na periodicidade.

8. A PRODUÇÃO DAS INFORMAÇÕES

a. Na elaboração das informações, a expressão "NADA CONSTA" deve ser empregada com o significado de que o fato ou acontecimento, após investigado ou pesquisado, não foi constatado na área do OI.

Quando o fato, ato ou acontecimento de interesse não pôde, por qualquer motivo, ser investigado ou pesquisado, essa circunstância deve ser expressa com toda a clareza ("nada deu entrada no OI e nem foi pesquisado"; "não foi realizado o processamento do assunto referente à IN nº ..."; etc).

b. A principal razão da periodicidade atribuída às IN globais e a alguns de seus desdobramentos é proporcionar, periódica e respectivamente,

te:

- apreciações globais ao SMI, que permitirão ao mesmo melhor compor um quadro geral, para utilização pelos seus clientes principais;
- apreciações parciais, elaboradas por determinados OI, aos OI responsáveis pela produção das Iii globais.

Nessas informações, é de conveniência apontar as implicações dos fatos ou situação, apresentar uma comparação com a situação relatada no período anterior e, sempre que houver elementos, uma estimativa sobre sua evolução no período subsequente, acompanhada dos principais indícios que conduzem a tal projeção.

c. Várias Iii referem-se ao acompanhamento de planos e programas governamentais. Nestes casos, deverão ser ressaltados os reflexos, na área ou setor do OI, a repercussão, as falhas e as deficiências verificadas na sua execução.

Há, no "REPERTÓRIO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS", assuntos ainda redigidos em termos genéricos. Esses casos devem ser interpretados, pelos OI, como uma solicitação que lhes diz respeito, apenas, no que é peculiar a seu setor ou área de atividade.

Exemplo:

1.1.6. Receptividade à Política Governamental.

O OI deve interpretá-lo como: Receptividade à Política Governamental, no que está afeto ao Ministério a que pertence o OI.

9. DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES

a. Polas DSI e CI

1) A AC/SMI:

a) logo que produzidas, informações referentes a desdobramentos as sinalados com "A" ou "B", nos quadros de "RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADES":

- (1) sobre fatos importantes que possam ou não ter graves implicações;
- (2) que, considerando o Princípio da Oportunidade e a utilização pelo destinatário, devam ser difundidas;
- (3) que atendam a instruções emanadas da AC.

b) nas datas fixadas no quadro de "RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADES", as INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS cuja responsabilidade de elabora-

ção lhes tenha sido atribuída.

2) As DSI e/ou Centros de Informações responsáveis pela elaboração da IN como um todo:

a) logo que produzidas, simultaneamente com a difusão à AC, as informações referentes a desdobramentos de responsabilidade "A" ou "B" que lhes tenham sido atribuídos, desde que:

(1) os assuntos abordados sejam importantes e possam ou não ter graves implicações;

(2) considerando o Princípio da Oportunidade e a utilização pelo destinatário, devam ser difundidas;

b) nas datas fixadas nos quadros de "RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADES", uma apreciação global sobre os assuntos dos desdobramentos de responsabilidade "A" que lhes tenham sido atribuídos.

b. Pelas AR/SNI

1) A AC/SNI:

a) logo que produzidas, informações:

(1) referentes a fatos importantes, que possam ou não ter graves implicações;

(2) que, considerando o Princípio da Oportunidade e a utilização pela AC, devam ser difundidas;

(3) atendam a instruções emanadas da AC;

b) nas datas fixadas no quadro de "RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADES", as INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS cuja responsabilidade lhes tenha sido atribuída.

10. LEVANTAMENTO DE DADOS BIOGRÁFICOS

A sistemática para o LEVANTAMENTO DE DADOS BIOGRÁFICOS está regulada pela Instrução nº 05/72/SNI, de 1º Nov 72.

* * *

Dez 72 - A

S E C R E T O
I N F O R M A Ç Õ E S I N T E R N A S

2. RESPONSABILIDADES E PERIODICIDADES

03L2R21

S E C R E T O

RESPONSABILIDADE DE PRODUÇÃO E PERIODI-
CIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

6. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

OBSERVAÇÕES:

- IN: INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- DIN: DESDOBRAMENTO DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- A* : ESTA "IN" É ATRIBUÍDA COMO RESPONSABILIDADE APENAS À AC/SNI,
DEVENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS SEUS "DIN" SER REMETIDAS
EM 30 JUN E 30 DEZ.

SECRET O

INFORMAÇÕES INTERNAS

6. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES

IN	DIN	PERIODO / DADE			AR	Min Mil	MRE	MJ	MI	MTPS	MPCG	MS	MC	MME	MT	MA	MTC	MF	MEC
		PER	MES	DIA															
6.1		S	JUN DEZ	30 30															
	6.1.1	S			A ^o														
	6.1.2	S	JUN	30		A ^o													
	6.1.3	S	DEZ	30			A ^o												
	6.1.4	S			A ^o	A ^o													
	6.1.5	S			A ^o														

SECRET O

RESPONSABILIDADE DE PRODUÇÃO E PERIODI-
CIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

5. ECONOMIA E FINANÇAS

OBSERVAÇÕES:

- IN: INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- DIN: DESDOBRAMENTO DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- A* : OS DIN "A" SERÃO DIFUNDIDOS AO(S) OI RESPONSÁVEL(EIS) PELA PRODUÇÃO DA "IN", TENDO COMO TÉRMINO DO PERÍODO O MESMO DIA DO TÉRMINO DO PERÍODO DA "IN" QUE INTEGRA, COM A ANTECEDÊNCIA DE UM MÊS.
- DIN 5.7.1.: OS OI RESPONSÁVEIS PELA IN 5.7. REMETERÃO À AC/SNI, MENSALMENTE, OS DADOS RELATIVOS AO DIN 5.7.1. "CUSTO DE VIDA".
- DIN 5.6.8.: REMESSA, PELAS AR/SNI, SOMENTE À AC/SNI, EM 30 JUN E 30 DEZ.
- PERIODICIDADES: M(MENSAL); T(TRIMETRAL); S(SEMESTRAL).
- X : RESPONSABILIDADE PELA PRODUÇÃO DA "IN" GLOBAL.

RESPONSABILIDADE DE PRODUÇÃO E PERIODI-
CIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

4. PSICOSSOCIAL

OBSERVAÇÕES:

- IN: INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- DIN: DESDOBRAMENTO DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- A* : OS DIN "A" SERÃO DIFUNDIDOS AO(S) OI RESPONSÁVEL(EIS) PELA PRODUÇÃO DA "IN", TENDO COMO TÉRMINO DO PERÍODO O MESMO DIA DO TÉRMINO DO PERÍODO DA "IN" QUE INTEGRA, COM A ANTECEDÊNCIA DE UM MÊS.
- PERIODICIDADES: T(TRIMESTRAL); S(SEMESTRAL); A(ANUAL).
- X : RESPONSABILIDADE PELA PRODUÇÃO DA "IN" GLOBAL.

S E C R E T O
I N F O R M A Ç Õ E S I N T E R N A S

4. P S T C O S S C I A L

IN	DIN	PERIODICIDADE			AR	Min M11	MRE	M1	M2	MTPS	MFCG	MS	MC	MDE	M7	MA	MIC	M8	M9C
		PER	MES	DIA															
4.1		A	JAN	30					X										
	4.1.1	A			B	B			B							A*	B		
	4.1.2	A			B	B										A*	B		
	4.1.3	A			B	B			B	B	B	B	B	B	B	A*			B
	4.1.4	A			B	B			B	B	B	B	B	B	B		B		B
	4.1.5	A			B	B		A*	B		B	B	B	B	B				
	4.1.6	A			B	B	B	A*	A*										
	4.1.7	A			B	B		B		A*	B								
4.2		S	ABR OUT	30 30	X				X										
	4.2.1					B													
	4.2.2					B		B	B							B	B		
	4.2.3					B		B							B	B	B		
	4.2.4					B													
	4.2.5					B													
4.3		S	MAR SET	15 15	X	(X)		X											X
	4.3.1																		
	4.3.2	S							A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*
	4.3.3	S																	
4.4		A	JUN	15							X								
	4.4.1					B	B												B
	4.4.2	A				B	B		A*										
4.5		T	MAR JUN SET DEZ	30 30 30 30	X	(X)													X
	4.5.1	T							A*							A*			
	4.5.2																		
	4.5.3																		
4.6		T	FEV MAI AGO NOV	28 30 30 30	X	(X)													
	4.6.1	T																	
	4.6.2																		
	4.6.3																		
	4.6.4																		
4.7		A	JUL	30					X	X	X								
	4.7.1					B	B												
	4.7.2	A				B	B												A*
	4.7.3					B	B												
	4.7.4	A				B	B				A*								
	4.7.5					B	B												
4.8		A	NOV	15									X			X			
	4.8.1					B	B												
	4.8.2	A				B	B									A*			B
	4.8.3	A				B	B												A*

RESPONSABILIDADE DE PRODUÇÃO E PERIODI-
CIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

3. SUBVERSÃO

OBSERVAÇÕES:

- IN: INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- DIN: DESDOBRAMENTO DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- A* : OS DIN "A" SERÃO DIFUNDIDOS AO(S) OI RESPONSÁVEL(S) PELA PRODUÇÃO DA "IN", SENDO COMO TÉRMINO DO PERÍODO O MESMO DIA DO TÉRMINO DO PERÍODO DA "IN" QUE INTEGRA, COM A ANTECEDÊNCIA DE UM MÊS.
- PERIODICIDADES: T(TRIMESTRAL); S(SEMESTRAL).
- X : RESPONSABILIDADE PELA PRODUÇÃO DA "IN" GLOBAL.

SECRET O

INFORMAÇÕES INTERNAS

3. SUBVERSÃO

IN	DIN	PERIODICIDADE			AR	Min hil	MRE	MJ	MT	MTPS	MPCG	MS	MC	MME	MT	MA	MIC	MF	MEC
		TER	MES	DIA															
3.1		S	JAN JUL	30 30	X	X		X											
	3.1.1																		
	3.1.2																		
	3.1.3																		
	3.1.4																		
	3.1.5																		
	3.1.6																		
	3.1.7																		
	3.1.8																		
3.2		T	MAR JUN SET DEZ	30 30 30 30	X	X		X											
	3.2.1								B	A*	B	B	B	B	B	B	B	B	A*
	3.2.2																		
	3.2.3																		
	3.2.4																		
	3.2.5																		
3.3		S	ABR OUT	30 30	X	X		X											
	3.3.1	S								A*									
	3.3.2																		B
	3.3.3	S																	A*
	3.3.4	S																	A*
	3.3.5	S					A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*
	3.3.6						B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
	3.3.7																		
3.4		S	MAR SET	15 15	X	X		X											
	3.4.1																		
	3.4.2																		
	3.4.3																		
	3.4.4																		
	3.4.5	S					A*												
	3.4.6																		
	3.4.7	S					A*												A*
3.5		T	FEV MAI AGO NOV	28 30 30 30	X	X		X											
	3.5.1	T					A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*
	3.5.2																		
	3.5.3																		
	3.5.4	T									A*								
	3.5.5						B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
3.6		S	MAI NOV	15 15	X	X		X											
	3.6.1																		

RESPONSABILIDADE DE PRODUÇÃO E PERIODI-
CIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OBSERVAÇÕES:

- IN: INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- DIN: DESDOBRAMENTO DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- A* : OS DIN "A" SERÃO DIFUNDIDOS AO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA PRODUÇÃO DA "IN", TEMPO COMO TÉRMINO DO PERÍODO O MESMO DIA DO TÉRMINO DO PERÍODO DA "IN" QUE INTEGRA, COM A ANTECEDÊNCIA DE UM MÊS.
- PERIODICIDADES: S(SEMESTRAL); A(ANUAL).
- X : RESPONSABILIDADE PELA PRODUÇÃO DA "IN" GLOBAL.

S E C R E T O

INFORMAÇÕES INTERNAS

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IN	DIN	PERIODICIDADE		AR	Min M1	MRE	MJ	MI	MPS	MPCG	MS	MC	MME	MA	MT	MIC	MF	NEC	
		MES	DIA																
2.1		S	MAR SET	30 30	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	2.1.1																		
	2.1.2																		
	2.1.3																		
	2.1.4																		
	2.1.5																		
	2.1.6																		
	2.1.7																		
	2.1.8																		
2.2		S	ABR OUT	30 30	X	X	X												
	2.2.1																		
	2.2.2																		
	2.2.3																		
	2.2.4																		
2.3		S	MAI NOV	30 30	X				X		X	X	X		X				
	2.3.1																		
	2.3.2																		
	2.3.3																		
2.4		A	AGO	30		X	X												
	2.4.1					B													
	2.4.2					B													
	2.4.3					B													
	2.4.4					B													
2.5		A	JUL	30	X	X	X												
	2.5.1	A						A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*
	2.5.2	A						A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*
	2.5.3																		
	2.5.4																		
2.6		A	JUN	30	X	X				X									
	2.6.1							B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
	2.6.2																		
	2.6.3							B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
	2.6.4							B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
	2.6.5																		
	2.6.6	A						A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*

RESPONSABILIDADE DE PRODUÇÃO E PERIODI-
CIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

- INFORMAÇÕES INTERNAS -

1. POLÍTICA INTERNA

OBSERVAÇÕES:

- IN: INFORMAÇÃO NECESSÁRIA
- DIN: DESDOBRAMENTO DE INFORMAÇÃO NECESSÁRIA -
- A* : OS DIN "A" SERÃO DIFUNDIDOS AO(S) OI RESPONSÁVEL(ES) PELA PRODUÇÃO DA "IN", SENDO COMO TÉRMINO DO PERÍODO O MESMO DIA DO TÉRMINO DO PERÍODO DA "IN" QUE INTEGRA, COM A ANTECEDÊNCIA DE UM MÊS.
- PERIODICIDADES: T(TRIMESTRAL); S(SEMESTRAL); A(ANUAL).
- X : RESPONSABILIDADE PELA PRODUÇÃO DA "IN" GLOBAL.

INFORMAÇÕES INTERNAS

1. POLÍTICA INTERNA

IN	DIN	PERIODICIDADE			AR	Min ML1	MRE	MJ	MI	MTPS	MPCG	MS	MC	MME	MT	MA	MHC	MF	MEX
		FER	MES	IDIA															
1.1		T	FEV MAI AGO NOV	28 30 30 30	X	(X)	X												
	1.1.1 1.1.2 1.1.3 1.1.4 1.1.5 1.1.6																		
		T					A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*	A*
1.2		Q	ABR AGO DEZ	30 30 30	X	(X)	X												
	1.2.1 1.2.2							B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
1.3		A	JUN	30	X	(X)	X												
	1.3.1 1.3.2 1.3.3 1.3.4 1.3.5 1.3.6																		
1.4		A	OUT	30	X	(X)	X												
	1.4.1 1.4.2																		
1.5		S	MAR SET	30 30	X	(X)	X												
	1.5.1 1.5.2 1.5.3 1.5.4 1.5.5							B	B	B	B	B	B	D	B	B	B	B	B